

Desequilíbrios Regionais

1998

DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS

CRESCIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL:
TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Equipe de trabalho:

Pedro S. Bandeira (Coordenador/SCP)

Jorge Souza Filho (SCP)

Esteban Carrion (METROPLAN)

Ada Picolli (METROPLAN)



APRESENTAÇÃO

Por meio do projeto *RS 2010*, a Secretaria da Coordenação e Planejamento procurou retomar as atividades de prospecção econômica e social, as quais se encontravam inteiramente abandonadas no âmbito do Governo do Estado.

O esforço para dilatar o horizonte de informações dentro do qual os atores públicos e privados tomam decisões das quais depende o desenvolvimento e a prosperidade futuras não se fez, porém, nos moldes tecnocráticos que foram padrão no país em décadas passadas. Bem diferentemente, procurou-se estimular a elaboração de estudos independentes, realizados por diferentes autores, cujos resultados foram levados à discussão em diferentes fóruns e em contextos diversos, desde os meios acadêmicos até as associações empresariais e sindicais, seja na capital seja no interior do Estado.

Foi um longo processo de discussão e de produção de conhecimento, consubstanciado em várias publicações.

A presente coleção de documentos compreende, além do volume com as anotações para posterior definição de uma proposta de estratégia de desenvolvimento para o Estado, os diagnósticos e a avaliação das questões emergentes em 12 áreas de interesse para o Rio Grande do Sul, apresentados na forma de "textos para discussão", a saber: Agregados Macroeconômicos e Balança Comercial, Agribusiness, Indústria, Comércio e Turismo, Desequilíbrios Regionais, Emprego, Pobreza Rural, Pobreza Urbana, Educação, Setor Financeiro, Infra-Estrutura e Capacitação Competitiva.

Como era de se esperar, os resultados são variados, mas não haverá exagero em dizer que este conjunto de estudos representa a avaliação qualitativa mais completa hoje disponível sobre os desafios que, em diferentes áreas, estão lançados aos rio-grandenses.

Os relatórios em pauta foram elaborados com total liberdade. A coordenação do projeto simplesmente solicitou que as análises da situação existente fossem trazidas até o momento presente, a fim de que se tornassem mais claras as questões críticas que em cada caso, precisam ser enfrentadas.

Contamos que os resultados alcançados possam servir a todos, independentemente do campo de atuação profissional ou de coloração partidária. Estamos convictos de que é indispensável recuperar a função de planejamento no Rio Grande do Sul, mormente em função das profundas e positivas transformações na matriz econômica estadualb ocorridas nos últimos quatro anos.

JOÃO CARLOS BRUM TORRES

Secretário de Coordenação e Planejamento

1 INTRODUÇÃO 7

2 RAÍZES HISTÓRICAS DAS DESIGUALDADES REGIONAIS 7

 2.1 OS REFLEXOS DEMOGRÁFICOS DO CRESCIMENTO DESIGUAL . 12

 2.2 A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO CRESCIMENTO ECONÔMICO APÓS 1940 17

3 A EVOLUÇÃO RECENTE 19

 3.1 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO CRESCIMENTO SETORIAL 19

 3.1.1 O SETOR AGROPECUÁRIO 19

 3.1.2 A INDÚSTRIA 21

 3.2 AS MIGRAÇÕES INTERNAS E A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO 29

4 A SITUAÇÃO ATUAL DAS REGIÕES 30

 4.1 REGIÃO SUL 31

 4.2 REGIÃO NORTE 32

 4.3 REGIÃO NORDESTE 34

5 TENDÊNCIAS E DESAFIOS PARA A PRÓXIMA DÉCADA 36

 5.1 CONTINUIDADE DA CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DO CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA 37

 5.2 CONTINUIDADE DA CRISE ESTRUTURAL EM REGIÕES AGRÍCOLAS DE DIFÍCIL RECONVERSÃO 37

 5.3 RISCO DE CRISES LOCALIZADAS DEVIDO À PERDA DE POSIÇÕES DE MERCADO POR ATIVIDADES INDUSTRIAIS DE GRANDE EXPRESSÃO ECONÔMICA LOCAL 38

6. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA REDUZIR AS DESIGUALDADES REGIONAIS	39
6.1 ESTIMULAR A INTERIORIZAÇÃO DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL	39
6.1.1 LINHAS DE AÇÃO PROPOSTAS	40
6.2 INCREMENTAR A COMPETITIVIDADE SISTÊMICA DAS REGIÕES DO INTERIOR DO ESTADO	42
6.2.1 LINHAS DE AÇÃO PROPOSTAS	45
6.3 ESTIMULAR O ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE NA FORMULAÇÃO E NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES RELEVANTES PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	47
6.3.1 LINHA DE AÇÃO PROPOSTA	49
6.4 ORDENAR O CRESCIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA E DE OUTRAS CONCENTRAÇÕES URBANO-INDUSTRIAIS DO ESTADO, PARA ASSEGURAR A PRESERVAÇÃO DA COMPETITIVIDADE SISTÊMICA	49
6.4.1 LINHAS DE AÇÃO PROPOSTAS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
MAPA E TABELAS	55

1 INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo básico contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica territorial da economia gaúcha ao longo das últimas décadas, auxiliando a formulação de diretrizes estratégicas que orientem a promoção do desenvolvimento regional no Estado no decorrer dos próximos anos.

Não se teve, evidentemente, a pretensão de proporcionar aqui uma cobertura completa dos múltiplos aspectos relacionados com a questão das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. A análise contida nas duas seções iniciais do texto concentra-se, apenas, em descrever de forma sucinta as principais tendências históricas da distribuição do crescimento regional no Estado, com ênfase no passado mais recente, destacando aspectos de natureza econômica e demográfica.

A seção seguinte apresenta uma visão panorâmica da situação atual da economia das regiões gaúchas, utilizando-se principalmente de informações extraídas de estudos recentes, alguns dos quais baseiam-se em entrevistas e levantamentos diretos, devido à defasagem e precariedade dos dados estatísticos disponíveis.

A seguir, são avaliadas as tendências que configuram o "cenário tendencial" de distribuição espacial do crescimento da população e das atividades econômicas para os próximos anos. Com base nessa avaliação, são identificados os principais desafios a serem enfrentados pelas políticas que venham a ser formuladas pela administração pública estadual com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais.

Na última parte do texto são sugeridas diretrizes que podem contribuir para a definição de políticas públicas estaduais que possibilitem a promoção de um desenvolvimento regional mais equilibrado no Rio Grande do Sul.

2 RAÍZES HISTÓRICAS DAS DESIGUALDADES REGIONAIS¹

Pode-se descrever de forma sintética o perfil espacial da economia gaúcha afirmando que o Rio Grande do Sul é constituído por, pelo menos, três grandes regiões².

A primeira delas, por ordem cronológica de formação histórica, é o Sul, predominantemente agrário, constituído, de forma aproximada, pelas áreas situadas abaixo da linha leste-oeste formada pelos vales dos rios Jacuí e Ibicuí, onde predominam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura do arroz.

¹ A presente seção reproduz literalmente partes do artigo "Crescimento Inter-regional no Rio Grande do Sul nos Anos Oitenta", publicado pela FEE em 1990. Ver ALONSO e BANDEIRA (1990), pp. 70-77.

² A divisão regional adotada neste trabalho é descrita em ALONSO, BENETTI e BANDEIRA (1994), pp. 213-229.

A segunda é o Norte, também predominantemente agrário - que compreende, "grosso modo", a área do Planalto - caracterizado pela pequena e média propriedade. Trata-se de uma região heterogênea, onde uma produção inicialmente muito diversificada cedeu espaço, em muitas áreas, nas últimas décadas, para as lavouras mecanizadas do trigo e da soja.

A última é o Nordeste industrializado, constituído pelo eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e por áreas no seu entorno, onde a partir do início do século começou a implantar-se um parque industrial diversificado que rapidamente suplantou a agricultura e assumiu papel hegemônico como base da economia local.

A divisão regional utilizada neste trabalho, ao basear-se nessas três grandes regiões, buscou acompanhar os traços históricos da configuração espacial da economia do Estado. Para viabilizar o estudo mais detalhado de alguns fenômenos, no passado mais recente, essas três grandes áreas foram divididas em Sub-Regiões³.

Desde o início da ocupação do território gaúcho até aproximadamente a metade do século dezenove, a área situada ao sul do Rio Jacuí, a antiga "vaqueria del mar", de campos limpos por onde se haviam espalhado os rebanhos oriundos do gado introduzido nas Reduções Jesuíticas, constituiu-se na porção mais dinâmica da economia rio-grandense. Suas pastagens permitiram o desenvolvimento de uma pecuária que, articulando-se à economia do centro do país através do fornecimento do charque - um alimento consumido por escravos e pelas camadas mais pobres das populações urbanas - viabilizou economicamente o povoamento da região.

O charque ajudou a construir a prosperidade dos principais centros urbanos do Sul: Pelotas, núcleo onde se concentrava o maior número de charqueadas, e Rio Grande, porto através do qual o produto era exportado. O ciclo do charque fez ainda com que muito cedo se consolidasse na área da Campanha, a região ao longo da fronteira com o Uruguai, de onde provinham os animais para o abate, uma rede urbana constituída em sua maior parte por núcleos oriundos de antigos acampamentos militares, que assumiram, paulatinamente, funções comerciais e administrativas⁴.

A sociedade construída pela pecuária e pelo charque no Sul rio-grandense caracterizava-se pela concentração da propriedade e da renda. No campo - onde predominavam grandes latifúndios, constituídos com base na doação de sesmarias, ainda no período colonial - a ocupação era muito esparsa. As estâncias de criação, cobrindo milhares de hectares, situavam-se a léguas umas das outras. Ao lado de um número pequeno de proprietários, existia uma quantidade também relativamente reduzida de agregados e assalariados, já que a pecuária não

³ Ver mapa em anexo. Uma exposição da metodologia adotada nessa divisão regional, acompanhada de uma listagem dos municípios incluídos em cada uma das Regiões e Sub-Regiões, pode ser encontrada em ALONSO, BENETTI e BANDEIRA (1994), pp. 225-227.

⁴ Um grande número de informações sobre a origem e a evolução dos municípios da Campanha até a primeira década do século XX pode ser encontrado em SILVEIRA (1909), parte IV.

exigia grandes contingentes de mão-de-obra. A remuneração desses agregados e assalariados por muito tempo foi apenas parcialmente monetizada⁵.

Os centros urbanos do Sul tinham, no início, à exceção de Pelotas e Rio Grande, funções quase exclusivamente administrativas e comerciais. Sua população aumentou de forma progressiva, em um processo alimentado, basicamente, pela contínua e crescente migração do campo para a cidade. A população rural tendeu a decrescer em termos relativos, à medida que foram adotadas algumas melhorias tecnológicas simples, como a introdução de cercas para separar propriedades vizinhas, a subdivisão das estâncias em "potreiros" e o uso de bretes, que facilitaram o manejo do gado, diminuindo consideravelmente as necessidades de mão-de-obra na pecuária⁶.

Com a implantação da ligação ferroviária do interior com o porto de Rio Grande, no final do século passado, surgiram charqueadas em algumas cidades⁷. O aumento da população fez com que aparecessem, em alguns centros, pequenas indústrias que produziam alguns artigos de consumo corrente, voltadas para o mercado local e protegidas da concorrência externa pela precariedade e pelo custo elevado dos transportes e comunicações. Seria o caso, por exemplo, de estabelecimentos dedicados ao beneficiamento de gêneros alimentícios, à preparação de bebidas, à fabricação de artefatos de couro (correarias), ou de pequenos curtumes, entre outros⁸.

Nesse período de apogeu da indústria do charque - e de maior prosperidade do Sul - a metade Norte era a porção mais atrasada do território do Estado. Caracterizava-se pela coexistência de algumas zonas de pecuária mais atrasada com áreas de pinheirais ainda inexplorados, de extrativismo ervateiro ou florestas virgens. Não é demais lembrar que algumas porções do Alto Uruguai só vieram a ser exploradas quando já era bem adentrada a segunda metade do século passado⁹. Porto Alegre, principal núcleo urbano da região, capital da Província e cidade que tivera suas origens ligadas à colonização açoriana no vale do Jacuí, tinha até a segunda metade do século passado funções predominantemente administrativas, não conseguindo rivalizar, em termos de dinamismo econômico, com os dois principais centros urbanos da Região Sul. Cabe lembrar que o fato de Porto Alegre ser a capital da Província devia-se basicamente a fatores de ordem estratégica: a maior distância da fronteira e a sua ligação por via terrestre com Santa Catarina, que a tornavam mais fácil de defender de invasões oriundas do Prata. A capital original fora Rio Grande, que chegou a ser ocupada pelos espanhóis em 1763, tendo sido retomada pelos portugueses em 1776¹⁰.

⁵ Documentos e informações sobre a administração de uma estância da Campanha na primeira metade do século XIX podem ser encontradas em CÉSAR (1978).

⁶ Essas transformações tecnológicas foram bem estudadas no caso do Uruguai, de onde muitas das inovações foram difundidas para a região da Campanha. Sobre a evolução da pecuária uruguaia, ver BARRIOS PINTOS (1973).

⁷ ver SILVEIRA (1979), pags. 419 e 499.

⁸ ver SILVEIRA (1979), parte IV, passim.

⁹ Para uma visão do extremo norte do Estado no último quartel do século XIX, ver BESCHOREN (1989). Trata-se de anotações de viagem de um engenheiro alemão que trabalhou na demarcação de áreas virgens nessa região entre 1875 e 1887.

¹⁰ Ver BORGES FORTES e WAGNER (1963), p. 29.

A colonização européia - iniciada com a chegada de imigrantes alemães a São Leopoldo em 1825, que teve continuidade, com intensidade variável, ao longo do resto do século, sendo reforçada de forma expressiva após 1875 com a vinda de imigrantes italianos, assentados na região de Caxias do Sul - foi o fator determinante de uma maior dinamização da economia do Norte do Estado¹¹. Organizada em torno da pequena propriedade e da produção agrícola diversificada, a colonização forneceu a base para a progressiva ascensão de Porto Alegre à condição de principal centro econômico do Estado¹². A capital, localizada às margens de um estuário para onde converge a rede fluvial que banha o Nordeste do território rio-grandense, onde se situavam os primeiros assentamentos mais importantes, beneficiou-se da sua posição para servir como ponto de expedição das exportações coloniais para os mercados do centro do país e como centro atacadista onde as áreas coloniais se abasteciam de produtos manufaturados importados de consumo corrente. As exportações coloniais eram constituídas por uma gama diversificada de produtos de origem agropecuária, entre os quais se destacavam a banha, os cereais e os vinhos.

A expansão das áreas coloniais a partir dos núcleos iniciais, próximos a Porto Alegre - com base no deslocamento de descendentes dos primeiros imigrantes, em busca de novas terras - determinou o paulatino povoamento de todo o Norte do Rio Grande do Sul, desde os pinheirais característicos do Planalto até às florestas do Alto Uruguai. O processo de ocupação das terras do Norte do Estado prolongou-se até as primeiras décadas do presente século¹³.

A imigração criou, na maior parte da metade Norte do Estado - excluindo-se algumas áreas residuais onde continuaram a predominar a pecuária e a grande propriedade - uma sociedade bastante distinta da do Sul. A pequena propriedade, aliada a uma agricultura diversificada, gerou uma distribuição de renda menos concentrada. Ao invés de um grupo diminuto de grandes proprietários ricos e de um contingente relativamente reduzido de assalariados de baixa renda, no Norte havia um número grande de pequenos proprietários que, algum tempo após o assentamento, passavam a ter uma renda monetária relativamente expressiva, oriunda da venda da produção que excedia suas necessidades de subsistência. O padrão mais concentrado de assentamento rural resultava, além disso, em uma densidade demográfica muito maior. A rede urbana era, por sua parte, também muito diferente da do Sul, sendo constituída por um número expressivo de centros pequenos, situados a escassa distância uns dos outros.

Ainda em meados do século passado começou a configurar-se claramente a estagnação da pecuária sulina, cujas charqueadas escravistas demonstravam uma crônica dificuldade para enfrentar a concorrência dos saladeros platinos, mais eficientes e organizados em bases capitalistas¹⁴. Começava a delinear-se então o quadro que viria a se tornar uma das características

¹¹ Sobre a colonização alemã, ver ROCHE (1969).

¹² Sobre as relações entre as colônias e o crescimento de Porto Alegre, ver SINGER (1974), pp. 154-167.

¹³ Sobre esse processo de expansão das áreas coloniais, ver ROCHE (1969), cap. V.

¹⁴ Sobre a escravidão nas charqueadas gaúchas, ver CARDOSO (1977). O capítulo IV dessa obra aborda a questão da concorrência platina.

principais da futura configuração espacial da economia gaúcha: um Norte mais dinâmico e economicamente mais diversificado e um Sul de crescimento lento e de estrutura produtiva mais especializada.

O surgimento da indústria reforçou esse quadro de desigualdade. Alguns dos primeiros grandes empreendimentos manufatureiros surgidos no Estado localizaram-se em Rio Grande, pela facilidade maior de acesso aos mercados do centro do país, aos quais se destinava a maior parte da sua produção. Essas empresas, todavia, não conseguiram ser bem sucedidas, pela sua situação pouco favorável em termos de acesso ao mercado e ao abastecimento de algumas matérias primas¹⁵. Foram, no entanto, principalmente as indústrias situadas em Porto Alegre e nos centros mais importantes da região colonial as que conseguiram expandir-se e consolidar-se, vindo a formar um parque manufatureiro diversificado e de porte mais significativo na porção Nordeste do território gaúcho. Essas indústrias foram constituídas, em grande parte, com base em capitais acumulados no comércio das áreas coloniais¹⁶.

A maior expansão e diversificação industrial do Nordeste do Estado, que contrastava à época com o baixo crescimento manufatureiro no Sul, explica-se não apenas pela transferência de capitais do comércio de produtos agrícolas coloniais para a indústria (movimento que não teve paralelo no Sul), mas principalmente pela estrutura dos mercados consumidores das duas regiões. É preciso levar em conta que a maior parte dos empreendimentos surgidos no início da industrialização, dedicados à produção de bens de consumo corrente, com baixa sofisticação tecnológica, tinha um raio de ação bastante limitado, voltando-se quase que totalmente para o atendimento de uma demanda local ou regional. As áreas coloniais, mais densamente povoadas e com uma distribuição de renda mais igualitária, apresentavam um mercado mais amplo e adequado para manufaturas simples, como as que podiam ser produzidas pela nascente indústria do Estado. O Sul, com sua concentração de renda e com uma população mais dispersa, contava com um mercado menos propício para sustentar a continuidade de uma industrialização baseada na produção de bens de pouca sofisticação, com empreendimentos voltados essencialmente para mercados locais. As poucas empresas desse tipo que haviam surgido em algumas cidades do Sul tiveram, em regra, dificuldade para expandir suas escalas de produção, vindo posteriormente a sucumbir, quando, com a melhora das redes de transportes e comunicações, desapareceram as barreiras que os protegiam da concorrência de produtores de outras áreas.

Outros fatores devem, ainda, ser invocados para explicar de forma mais completa as diferenças interregionais de crescimento industrial nos primórdios da industrialização. Dentre esses, devem ser destacados alguns de natureza cultural, como a tradição artesanal diversifi-

¹⁵ Para uma análise desta questão, ver CASTRO (1975), pags. 109-111, e ALONSO, BENETTI e BANDEIRA (1994), pp. 23-30.

¹⁶ Análises sucintas da evolução da indústria no Rio Grande do Sul podem ser encontradas em LAGEMANN (1978) e em PESAVENTO (1985).

cada trazida pelos colonos, que contrastava com a cultura especializada das áreas de pecuária, onde nos primeiros tempos após a ocupação do território o único artesanato autóctone digno de nota era o trançado do couro para a fabricação de utensílios de montaria. Cabe lembrar que, nas cidades do Sul do Estado e da Campanha, na segunda metade do século passado, grande parte das ocupações artesanais urbanas, como as de alfaiate, sapateiro, etc., bem como parcela significativa do comércio, eram exercidos por imigrantes europeus, muitos dos quais haviam chegado ao Brasil através dos países do Prata¹⁷. Deve ser lembrado, ainda, o contínuo intercâmbio dos habitantes das áreas coloniais - os imigrantes alemães e italianos e seus descendentes - com seus países de origem, o que lhes facultava um melhor acesso à tecnologia e à importação de equipamentos industriais.

A aceleração do crescimento da indústria, ao longo deste século, foi responsável por uma última grande mudança na configuração espacial da economia gaúcha. O Nordeste do Estado - mais notadamente, a área em torno do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul - passou, com a expansão do seu parque industrial, a diferenciar-se do restante da região de agricultura colonial diversificada, que já cobria então a maior parte da metade Norte do Rio Grande do Sul. O progressivo acúmulo de economias externas de localização e de urbanização¹⁸ encarregou-se de atrair um número cada vez maior de novos empreendimentos manufatureiros para essa área, à medida em que, no Rio Grande do Sul, também ocorria o aproveitamento de oportunidades de substituição de importações, que resultou na industrialização do país. Como consequência, o Nordeste veio a caracterizar-se como a região industrial por excelência do Estado.

O surgimento dessa área industrial no eixo Porto Alegre-Caxias completou a caracterização dos traços fundamentais da atual configuração espacial da economia gaúcha. O Rio Grande do Sul passou, em consequência, a ser constituído fundamentalmente pelas três grandes regiões mencionadas no início desta seção: o Nordeste, cada vez mais industrializado, o Norte, com sua economia baseada na pequena e média propriedade e na agropecuária diversificada, e o Sul, onde continuaram a predominar a pecuária¹⁹ e o latifúndio.

2.1 OS REFLEXOS DEMOGRÁFICOS DO CRESCIMENTO DESIGUAL²⁰

Os padrões históricos de crescimento econômico das regiões tiveram claros reflexos ao nível da demografia. Um dos fatos mais eloqüentes, nesse sentido, foi o declínio da Região Sul nos últimos cem anos: enquanto em 1890, como mostra a Tabela 11, ela concentrava mais da

¹⁷ Sobre a imigração no sul do Estado, ver BECKER (1958).

¹⁸ Uma conceituação simples de economias de localização e urbanização pode ser encontrada em MANZAGOL (1985), p. 81 e segs.

¹⁹ Apesar da expansão da cultura do arroz, que se tornou a atividade mais dinâmica e importante em muitas áreas.

²⁰ A seção a seguir reproduz, quase sem alterações, parte do texto do artigo intitulado "Raízes Históricas do Declínio da Região Sul", publicado em ALONSO, BANDEIRA e BENETTI (1994).

metade (52,07%) da população gaúcha, pouco mais de um século depois, em 1996, havia passado a conter apenas 24,95% do total. Um entendimento mais adequado das causas dessa redução exige que se analise de forma mais detida alguns aspectos da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul no período.

As diferenças observadas na intensidade do crescimento da população das três grandes regiões do Estado, mostradas na Tabela 13, decorreram da ação conjunta de diversos fatores, cuja influência é difícil distinguir de forma precisa. Dentre eles, os principais parecem ter sido o padrão de assentamento dos imigrantes oriundos do exterior que entraram no Rio Grande do Sul a partir das últimas décadas do século passado e as migrações internas, embora não se possam ignorar as diferenças regionais quanto à fertilidade, à mortalidade e à nupcialidade.

O primeiro desses fatores - o assentamento de imigrantes - teve certa importância nas primeiras décadas do período aqui analisado, contribuindo para explicar as taxas mais elevadas de crescimento apresentadas, à época, pelas regiões Nordeste e Norte. Seria errado, no entanto, supor que apenas essas duas regiões receberam um número expressivo de estrangeiros. No que se refere aos assentamentos no meio rural, cabe lembrar que eles também haviam ocorrido, já desde meados do século XIX, na Região Sul, como foi o caso dos alemães em São Lourenço e dos franceses em Pelotas.

Além disso, também nos principais centros urbanos do Sul registra-se, desde o século passado, a presença de um número significativo de imigrantes de várias etnias. Nessas cidades, conforme documentam diversas fontes, grande parte do comércio e das atividades artesanais desde cedo passaram a ser controlados por estrangeiros ou seus descendentes. Deve-se registrar que muitos desses imigrantes que vieram para as cidades maiores da Região Sul chegaram ao Brasil por meio dos países do Prata. Eram relativamente raros os casos em que havia ligação com os imigrantes vindos para as zonas rurais do Nordeste ou do Norte²¹. Apesar disso, não cabe dúvida quanto ao fato de que a grande maioria dos elementos que vieram do exterior para o Rio Grande do Sul, antes de 1890, ano em que inicia a série de dados demográficos apresentada nas Tabelas 11 e 13, fixou-se nas regiões Nordeste e Norte.

Mesmo depois de 1890 a maior parcela do fluxo de imigração continuou a destinar-se a essas duas regiões. Isso é especialmente verdadeiro no caso daqueles elementos pertencentes às mesmas etnias (alemães e italianos) dos imigrantes que já haviam sido assentados anteriormente no Nordeste e no Norte. Também os imigrantes de outras origens, que chegaram a partir do início da última década do século XIX, com o objetivo de tornar-se pequenos proprietários rurais, seguiram esse padrão, dirigindo-se preferencialmente para o Nordeste e, em especial, para o Norte. Foi o caso, por exemplo, dos poloneses, que foram, na sua maior

²¹ É interessante consultar BECKER (1958), a respeito dessa questão. No mesmo volume podem ser encontrados ainda outros artigos de interesse para o estudo do tema, referentes a etnias também representadas de forma significativa na área. Para um exemplo da atuação de imigrantes e de seus descendentes nas atividades urbanas de uma cidade do Sul (Santana do Livramento), na virada do século, ver as notas biográficas apresentadas em CAGGIANI (1991).

parte, para São Luiz Gonzaga e Guarani das Missões²². Deve-se registrar, todavia, que nesse período mais recente também houve assentamento de imigrantes na Região Sul, nos atuais municípios de Jaguari, Mariana Pimentel e Dom Feliciano.

A continuidade da imigração oriunda do exterior foi, portanto, um dos fatores que contribuíram para fazer com que o crescimento demográfico no Norte e no Nordeste fosse maior do que no Sul, principalmente nas primeiras décadas do período a que se referem os dados aqui analisados.

Outro fator que pode ter contribuído para o maior crescimento demográfico no Norte e no Nordeste é a existência de um padrão de fecundidade diferenciado entre essas regiões e o Sul. Algumas indicações contidas em ROCHE (1969)²³, destacando o elevado número de filhos nas famílias dos imigrantes e de seus descendentes, sugerem que o tamanho médio das famílias possa ter sido maior nas áreas onde predominava a produção colonial do que nas zonas de pecuária. No Sul, a urbanização relativamente precoce pode ter contribuído para fazer com que iniciasse mais cedo o processo que convencionalmente se denomina de "transição demográfica", reduzindo as taxas de fecundidade²⁴.

Uma maior imigração oriunda do exterior e, eventualmente, uma taxa de fecundidade mais alta, podem explicar em parte o crescimento mais rápido da população do Nordeste e do Norte, em comparação com o Sul, principalmente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Uma avaliação mais exata e segura da influência desses dois fatores exigiria, no entanto, um montante significativo de pesquisa adicional, transcendendo aos objetivos mais limitados deste trabalho. Mesmo que a sua importância tenha sido grande, pode-se afirmar que as diferenças regionais de crescimento demográfico no Rio Grande do Sul foram, na maior parte dos últimos cem anos, determinadas principalmente pelas migrações internas, favorecendo primeiro o Norte e depois o Nordeste, sempre em detrimento do Sul.

Os fluxos migratórios internos no Rio Grande do Sul foram causados por dois processos que determinaram profundas transformações na estrutura espacial da sociedade gaúcha. O primeiro deles esteve relacionado com a expansão da fronteira agrícola na Região Norte, até o final da década de quarenta, através do aumento da área ocupada pelas pequenas propriedades voltadas para a agropecuária colonial, absorvendo terras antes ocupadas por matas virgens ou pela pecuária.

Esse processo foi alimentado basicamente pelo que Jean Roche denominou de "enxamagem"²⁵ dos descendentes dos imigrantes europeus que haviam sido assentados na

²² Ver GARDOLINSKI (1958).

²³ "Parece que sua instalação no Brasil lhes favorecera o aumento do índice demográfico (...) Mesmo quando já contavam com número razoável de filhos no país de origem (4 em média), as famílias constituídas na Alemanha e imigradas para o Brasil viram crescer esse número na geração seguinte" (ROCHE 1969, p. 162).

²⁴ Sobre o conceito de "transição demográfica", ver SANTOS et alii (1980), p. 195 e seguintes.

²⁵ ROCHE (1969), Vol. I, Cap. 5, pp. 319 a 399.

Região Nordeste. Após uma ou duas gerações, o crescimento acelerado da população nas regiões coloniais mais antigas, onde a fronteira agrícola se havia esgotado rapidamente, obrigava um contingente significativo de jovens a emigrar em busca de novas terras. Sendo ainda incipiente o processo de industrialização - e, portanto, escassos os empregos no meio urbano - o destino preferencial dessas levas de migrantes eram as regiões agrícolas pioneiras mais próximas, na época ainda situadas no Norte do Estado.

Como resultado, a participação da Região Norte no total da população gaúcha aumentou de forma contínua, até o final da década de quarenta, passando de menos de 20% em 1890 para mais de 40% em 1950, como se observa na Tabela 11. A partir desse momento parecem ter praticamente cessado as migrações em direção ao Norte, pois grande parte do seu território já havia sido ocupada pela agropecuária colonial. Iniciou-se, a partir de então, um crescente movimento emigratório no sentido de outros Estados, onde ainda existia abundância de terras. Foram sucessivamente ocupadas por gaúchos - em grande parte oriundos dessa mesma Região Norte, onde se reproduzia o fenômeno da "enxamagem" - extensas áreas agrícolas pioneiras do país, como, por exemplo, o oeste de Santa Catarina e do Paraná, partes do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Rondônia e do Sul do Pará.

O segundo processo gerador de migrações internas derivou-se da concentração geográfica do crescimento industrial no Rio Grande do Sul. A expansão manufatureira no Estado, ao longo das últimas décadas, apresentou um padrão onde despontaram o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e as áreas que lhe são mais próximas. Isso contribuiu para atrair migrantes que buscavam os empregos gerados, direta ou indiretamente, pelo crescimento industrial, fazendo com que, a partir de 1940, aumentasse de forma expressiva a participação da Região Nordeste no total da população estadual, passando de pouco mais de 25% nesse ano para quase 45% em 1991. Cabe lembrar que entre 1900 e 1940 a parcela correspondente ao Nordeste havia diminuído de forma contínua, como mostra a Tabela 11, pois as áreas coloniais "antigas" situadas nessa região eram a principal zona de origem dos fluxos migratórios que alimentavam o elevado crescimento que se verificava, à época, na população do Norte.

O primeiro processo - expansão da fronteira agrícola no Norte - foi o fator dominante na determinação das diferenças regionais de crescimento demográfico até o início da década de cinqüenta. A partir desse momento as migrações em busca de terras foram amplamente suplantadas, em termos quantitativos, pelas migrações em busca de empregos urbanos.

É importante destacar que nenhum dos processos favoreceu o crescimento demográfico na Região Sul. Ao contrário, o segundo deles seguramente contribuiu para drenar parte da população da área, que emigrou para os centros urbanos da Região Nordeste em busca de oportunidades de trabalho. Por outro lado, não há dúvida quanto ao fato de que a contribuição dos migrantes oriundos do Sul para o povoamento do Norte, durante a primeira metade deste século, foi quase inexpressiva em comparação com a dos que saíram das áreas coloniais antigas do Nordeste.

O declínio da importância relativa da Região Sul, no plano demográfico, foi um pouco mais acentuado na primeira metade do período em estudo (ou seja, entre 1890 e 1940), quando sua perda de participação no total foi de 16,4 pontos percentuais, do que na segunda, quando foi de pouco mais de dez pontos.

Um aspecto a destacar no que se refere às estruturas demográficas da Região Sul é a urbanização precoce, concomitante à preservação de uma base econômica essencialmente ligada à agropecuária. É acentuado o contraste entre o Sul e o Norte no que se refere ao grau de urbanização. Embora as duas regiões tenham sua economia tradicionalmente baseada nas atividades agrícolas, no Sul a participação da população urbana na total se aproxima, já desde 1920, do nível apresentado pelo Nordeste - a área mais industrializada onde se situa Porto Alegre, metrópole e maior centro urbano do Estado. No Norte, ao contrário, o grau de urbanização foi sempre muito inferior ao dessas duas regiões, a tal ponto que em 1980 mais da metade da sua população ainda vivia no meio rural, quando quase nove em cada dez dos habitantes do Nordeste e mais de dois em cada três dos do Sul já viviam em cidades.

Esse contraste deriva-se, evidentemente, da diferença entre as estruturas fundiárias e os tipos de atividade econômica historicamente predominantes nas duas regiões. As grandes explorações pecuárias características do Sul demandam um volume muito menor de força de trabalho por unidade de área do que as pequenas unidades voltadas para a agropecuária colonial ou as lavouras mecanizadas, mais recentes, que compõem o setor agrícola do Norte.

Além disso, as mudanças tecnológicas introduzidas, ao longo do tempo, na atividade pecuária, como o cercamento dos campos e a maior subdivisão das áreas de pastoreio, além do crescente uso de bretes e troncos para a contenção dos animais, contribuíram para facilitar o manejo dos rebanhos e reduzir o pessoal necessário para o funcionamento das estâncias, diminuindo a capacidade de absorção de mão-de-obra por parte da pecuária²⁶. Assim, a população rural do Sul já desde muito cedo passou a apresentar taxas de crescimento muito baixas ou quase nulas. Ocorreu, no Sul, uma urbanização precoce, fazendo com que a participação da população urbana na população total nessa área se situasse em níveis muito elevados, próximos aos apresentados pela Região Nordeste.

A diferença, no entanto, é que no Nordeste a urbanização foi, durante a maior parte do período, concomitante a um processo de rápido crescimento industrial, que gerava oportunidades de emprego para os migrantes oriundos das zonas rurais. No Sul, ao contrário, o reduzido crescimento da indústria fez com que fosse muito menor a oferta de postos de trabalho nas cidades. Não sendo capazes de gerar empregos suficientes, os centros urbanos do Sul passaram, paulatinamente, a expulsar parte de sua população, que migrou em busca de oportuni-

²⁶ A expulsão dos peões das estâncias para a periferia das cidades da Campanha foi registrada pela literatura gaúcha, em especial na "trilogia do gaúcho a pé", de Cyro Martins, composta pelos romances *Sem Rumor*, de 1937, *Porteira Fechada*, de 1944, e *Estrada Nova*, de 1954.

des em áreas mais dinâmicas. A consequência foi a perda de posição das cidades do Sul na hierarquia urbana do Estado. Assim, segundo o Censo de 1920, quatorze entre os vinte municípios gaúchos de maior população urbana situavam-se no Sul. Esse número caiu para dez nos Censos de 1940 e 1950, desceu para nove no de 1960, reduzindo-se para oito nos de 1970 e 1980.

O declínio acentuado do Sul em termos demográficos decorreu, portanto, fundamentalmente da incapacidade das estruturas econômicas locais em reter a população local, o que tornou a região, ao longo de todo o período, origem de fluxos migratórios destinados a outras áreas mais dinâmicas.

2.2 A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO CRESCIMENTO ECONÔMICO APÓS 1940

A partir da década de quarenta, com o início da realização periódica e sistemática de Censos Demográficos e Econômicos, com base em uma metodologia de levantamento e de apresentação de dados relativamente estável, tornou-se possível uma análise mais detalhada da evolução das desigualdades regionais no Estado.

Nesse período, ocorreram mudanças significativas na distribuição espacial do Produto Interno do Rio Grande do Sul. A mais expressiva dessas mudanças foi o aumento da participação das áreas situadas na proximidade do Eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, que constituem o que, neste trabalho, se denomina de Região Nordeste do Estado. Esse aumento foi obtido às custas de perdas das duas outras regiões. É importante destacar, no entanto, que as perdas foram desigualmente distribuídas. A maior queda de importância relativa correspondeu à Região Sul, cuja participação no PIB gaúcho reduziu-se à metade, caindo de 38,33% em 1939 para 17,34% em 1994, como mostra a Tabela 1. Já a Região Norte apresentou uma perda relativa bem menos acentuada, de apenas dois pontos percentuais no mesmo período.

As causas dessas diferenças interregionais de crescimento econômico estiveram ligadas, em sua maior parte, a dois processos:

"O primeiro foi a aceleração do crescimento industrial, que fez com que o setor secundário mais do que duplicasse sua participação no Produto Interno do Estado entre 1939 e 1980. Este processo alimentou a expansão econômica de algumas regiões que já haviam começado a constituir anteriormente parques manufatureiros mais expressivos e diversificados, como é o caso das áreas situadas ao longo do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

O segundo foi a expansão de lavouras mecanizadas (trigo, soja e arroz), em áreas do interior antes ocupadas pela pecuária extensiva e pela policultura colonial. Essa expansão dinamizou, ao menos parcialmente e em certos momentos, a economia de algumas áreas do interior, como é o caso de certas porções do Planalto e da Campanha"²⁷.

Esses processos foram influenciados por diversos fatores. No caso da indústria, a forma como se verificou a implantação e o melhoramento da infra-estrutura, especialmente nas áreas de transporte rodoviário, energia e comunicações, definiu potencialidades diferenciadas para o crescimento das diversas regiões do Estado. Da mesma forma, as características da rede urbana determinaram variações interregionais no que se refere à ocorrência de economias de urbanização e de localização, que se constituem em fatores decisivos nas decisões sobre a localização da maior parte dos empreendimentos industriais. Em ambos os casos, as maiores vantagens favoreceram as áreas mais próximas da capital, que passaram a concentrar uma parcela cada vez maior do parque industrial gaúcho.

Assim, como mostra a Tabela 5, a parcela correspondente à Região Nordeste na formação da PIB da indústria do Rio Grande do Sul passou de 47,57% em 1939 para 72,12% em 1990. O crescimento da indústria na região estimulou o crescimento urbano, levando a um processo de conurbação que transformou a "Grande Porto Alegre" em uma das maiores aglomerações urbanas do país e da América Latina. À medida que se acelerava o processo de industrialização, cada vez mais se acumulavam, nessa área, economias de aglomeração proporcionadas pela presença de um grande número de estabelecimentos industriais e de serviços e próprio pelo porte dos centros urbanos existentes na região.

Também no caso da indústria a Região Sul apresentou as maiores perdas relativas nesse período. Sua participação no total do PIB industrial gaúcho em 1990 havia caído a quase um terço do valor do ano de 1939. Pelotas e Rio Grande, centros manufatureiros de destaque nos primórdios da industrialização gaúcha, viram sua importância relativa reduzir-se progressivamente ao longo do tempo²⁸. As demais cidades do Sul em geral não conseguiram atrair a implantação de um parque industrial mais significativo e diversificado, continuando a apresentar funções predominantemente terciárias. As perdas relativas da Região Norte foram bem menores que as da Sul, como mostra a Tabela 5, não alcançando quatro pontos percentuais entre 1939 e 1990.

A expansão da lavoura mecanizada - principal determinante das mudanças na distribuição espacial do PIB do setor primário - foi condicionada por fatores que determinaram potencialidades diferenciadas para as várias porções do território do Estado. Caberia destacar, nesse contexto, a presença, mais significativa, em algumas regiões, de agentes econômicos dinâmicos, capazes de liderar o processo de modernização do setor. Além disso, foram importantes as diferenças locais quanto ao clima, a topografia e as características dos solos, a estrutura fundiária, e ao preço e à disponibilidade de áreas para aquisição ou arrendamento.

Na Região Nordeste, cuja importância relativa no contexto do setor primário do Estado já era pequena no início do período sob análise, as atividades agrícolas se tornaram cada vez menos expressivas na formação do Produto Interno, com o avanço da industrialização.

²⁸ Ver ALONSO, BENETTI e BANDEIRA (1994), p. 23-30.

Dentre as duas outras regiões, a Sul caracterizou-se por um menor dinamismo, apesar da expansão da lavoura mecanizada do arroz. Em consequência, sua participação no Produto Interno do setor, no Estado, caiu de 39,11% em 1939 para 32,47% em 1990, como mostra a Tabela 3. Já a Região Norte, que inicialmente se havia caracterizado pela produção diversificada, tendeu a especializar-se, nas décadas de sessenta e setenta, com a expansão das lavouras mecanizadas do trigo e da soja. Em algumas cidades do Norte desenvolveu-se um processo de industrialização diretamente vinculado à base de produção primária da região, seja através do processamento de produtos agrícolas locais, seja pela produção de insumos, máquinas e implementos para a lavoura.

Na seção seguinte buscar-se-á desenvolver uma análise mais detalhada das mudanças ocorridas nos padrões de distribuição espacial do crescimento econômico no Estado, a partir do início da década de sessenta, com a utilização de dados em nível de Sub-Regiões.

3 A EVOLUÇÃO RECENTE

A análise da evolução mais recente dos padrões de crescimento regional no Rio Grande do Sul foi subdividida em duas partes. A primeira trata da distribuição geográfica do crescimento econômico e a segunda dos fluxos migratórios internos.

3.1 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO CRESCIMENTO SETORIAL

A análise dos diferenciais interregionais recentes de crescimento econômico foi subdividida em duas partes. Na primeira são destacadas as tendências predominantes no setor primário e na segunda é estudada a distribuição espacial do crescimento industrial.

3.1.1 O Setor Agropecuário

Um dos aspectos fatos mais marcantes da distribuição geográfica do crescimento do setor primário do Estado nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta foi o aumento da importância relativa da Região Norte no conjunto da agropecuária gaúcha²⁹. Dando continuidade a essa tendência, sua participação na formação do produto agrícola gaúcho aumentou ainda mais no decorrer da primeira metade da década de setenta, como mostra a Tabela 3.

No entanto, como se pode observar na mesma Tabela, a parcela correspondente a essa área declinou de forma expressiva entre 1975 e 1980. Aparentemente, com o crescimento acelerado da produção de trigo e de soja, as terras mais adequadas para cultivo já haviam sido ocupadas, diminuindo a disponibilidade de áreas para expansão da lavoura na região. Em

²⁹ Ver ALONSO e BANDEIRA (1990), p. 111, Tabela 2.

conseqüência, as frentes de crescimento agrícola pareciam ter sido deslocadas para outras zonas onde existiam mais terras que podiam ser convertidas da pecuária para a lavoura, como era o caso de algumas áreas da Região Sul.

De fato, a participação do Sul no produto agrícola gaúcho cresceu de forma marcante na segunda metade da década de setenta, como se vê na Tabela 3. Esse aumento deve ser atribuído, antes de mais nada, à expansão da lavoura - principalmente do arroz e, também, em segundo plano, do trigo e da soja - em áreas tradicionalmente ocupadas pela pecuária.

Na verdade, observando-se a Tabela 9, onde é mostrada a participação das lavouras na área total dos estabelecimentos agropecuários, por regiões e Sub-Regiões, nota-se que o aumento ocorrido na Região Sul foi muito expressivo. As lavouras, que em 1970 ali representavam menos de 10% do total, passaram para 16,2% em 1980. No Norte o aumento foi menor em termos relativos, com a lavoura passando de pouco menos de 40% a pouco menos de 50%. A taxa média anual de crescimento das áreas de lavoura foi, na década de setenta, maior no Sul do que no Norte. Na década anterior, ao contrário, o Norte havia apresentado taxas de expansão das áreas cultivadas mais altas que o Sul.

Como, ao início dos anos oitenta, a disponibilidade de terras para a expansão da lavoura era maior no Sul - onde menos de 1/5 da área dos estabelecimentos era plantada, contra quase metade no Norte - seria de esperar que essa tendência vigente no final dos anos setenta se mantivesse no decorrer da nova década. Dessa forma, o Sul deveria ser capaz de aumentar ainda mais a parcela que lhe correspondia na formação do produto agropecuário do Estado a partir de 1980. Deveria, em contrapartida, acentuar-se o declínio da parcela correspondente ao Norte, devido à menor disponibilidade de terras para expansão da lavoura. Tal expectativa, no entanto, não se confirmou.

Na verdade, o que mostram os dados contidos na Tabela 3 parece ser uma reversão da tendência vigente no final dos anos setenta. A participação do Sul diminuiu de forma contínua e acentuada nesse período, enquanto a do Norte voltou a crescer. O melhor desempenho da agropecuária da Região Norte parece ter sido associado a ganhos de produtividade e a uma maior diversificação das linhas de produção, inclusive com aumento da integração entre lavoura e pecuária.

Ao se analisar o contexto de que fazem parte essas desigualdades de crescimento do produto agropecuário é importante ter em vista alguns aspectos em que as condições do Norte e do Sul são bastante diferenciadas. O primeiro diz respeito às características dos solos e sua adequação em termos de capacidade para uso agrícola. Trata-se, evidentemente, de uma questão técnica que não pode ser abordada aqui com a profundidade desejável. Apesar disso, é possível registrar que o Norte conta com um percentual maior de áreas adequadas para o uso continuado com lavouras, sem restrições maiores (solos da Classe III)³⁰, como mostra a

³⁰ Para uma definição das Classes e Subclasses de Capacidade de uso dos Solos, ver o Anexo II.

Tabela 10. Enquanto no Norte 44,72% da área total pertencem a essa categoria, no Sul o percentual é de apenas 29,74%.

O segundo aspecto a ter em conta são as diferenças existentes entre os agentes econômicos das duas regiões quanto ao dinamismo empresarial. É conhecido o fato de que os proprietários de terras de algumas áreas do Sul, tradicionalmente ligados à pecuária, têm se mostrado pouco propensos à diversificação e à mudança de linhas de produção, em contraste com os do Norte. Como evidencia o caso do arroz, os principais responsáveis pela expansão da lavoura nessas áreas têm sido, em regra, agricultores oriundos de outras zonas do Estado. Esses pioneiros da diversificação do perfil da agropecuária local, conspícuos por seus sobrenomes de origem alemã ou italiana, foram seguidos por alguns empresários agrícolas da região, que passaram a dedicar parte de suas terras à lavoura após ter sido demonstrada a maior rentabilidade desse tipo de empreendimento.

3.1.2 A Indústria

No caso da indústria, a principal tendência do período anterior a 1970 referia-se ao aumento da concentração geográfica do parque manufatureiro em torno do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Como mostra a Tabela 5, apenas no decorrer da década de sessenta a participação do Nordeste no produto gerado pela indústria gaúcha passou de 55,06% para 70,20%.

Na década seguinte, no entanto, essa tendência parecia ter sido debilitada, já que a parcela da região pareceu estabilizar-se. A participação do Sul aumentou ligeiramente, como se observa na Tabela 5, enquanto a do Norte caiu menos de um ponto percentual.

A Sub-Região responsável pelo avanço da Região Sul foi a S-3 (Rio Grande), cuja parcela passou de 3,09% para 4,93% do total entre 1970 e 1980. Duas Sub-Regiões do Norte também conseguiram aumentar sua importância relativa: a N-3 (Estrela - Lajeado) e a N-4 (Santa Cruz do Sul - Venâncio Aires), passando de 2,41% para 3,36% e de 2,20% para 3,33% do total do Estado, respectivamente, no mesmo período.

O aumento da parcela correspondente a algumas áreas relativamente mais distantes da capital, em que a expansão do parque industrial não poderia ser considerada como um mero transbordamento da indústria do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul para zonas adjacentes, parecia caracterizar o início de um tímido processo de desconcentração geográfica da indústria gaúcha.

Na verdade, muitas dessas áreas não confirmaram seu desempenho nos anos oitenta, como evidenciam os dados da Tabela 6, que mostra a participação das Regiões e Sub-Regiões no total do PIB gerado pela indústria gaúcha. A parcela do Nordeste, que havia diminuído no decênio anterior, voltou a aumentar em quase dois pontos percentuais entre 1980 e 1990, às custas do Sul, pois a do Norte se manteve relativamente estável.

A causa principal do novo acréscimo de participação do Nordeste foi a implantação, na

proximidade da capital, de um complexo petroquímico. Dentre as áreas mais distantes que haviam apresentado um crescimento superior à média na década de setenta, apenas a Sub-Região N-4 (Santa Cruz do Sul - Venâncio Aires), continuou a apresentar ganhos de participação. Já a Sub-Região S-3 (Rio Grande) teve sua parcela no total do PIB da indústria gaúcha diminuída a menos da metade na década, caindo de 4,93% em 1980 para 2,00% em 1990, aparentemente abortando o que, no final da década anterior, parecia ser do início da formação de um importante núcleo industrial na Região Sul do Estado. Também caiu a parcela da Sub-Região N-3 (Estrela - Lajeado), de 3,36% para 2,80%.

A partir da década de sessenta começaram a delinear-se com clareza alguns importantes rearranjos das tendências locacionais dentro da Região Nordeste. A indústria da capital (Sub-Região NE-1), onde se concentrava mais de $\frac{1}{4}$ do PIB gerado pela indústria gaúcha em 1959 e em 1970, passou a perder importância relativa, caindo para 18,87% em 1980 e 12,44% em 1990, como mostra a Tabela 6. Isso decorreu, ao menos em parte, dos efeitos de deseconomias externas, resultantes da aglomeração excessiva, que aí começaram a manifestar-se de forma cada vez mais intensa há algum tempo²¹.

Paralelamente, algumas áreas contíguas à capital, como as Sub-Regiões NE-2 (Guaíba) e NE-4 (Cachoeirinha - Gravataí), passaram a apresentar ganhos de participação, como já ocorrera na década anterior. As indústrias que optaram por localizar-se nessas áreas adjacentes a Porto Alegre beneficiaram-se das vantagens locacionais proporcionadas pela capital sem, no entanto, enfrentarem problemas oriundos do acúmulo de atividades em um espaço limitado, como, por exemplo, o congestionamento e a elevação do custo dos terrenos.

Outros pólos industriais consolidaram-se na Região Nordeste nesse período, aumentando sua participação no PIB industrial gaúcho de forma expressiva. Um deles foi a Sub-Região NE-5, que compreende uma ampla área situada ao norte da capital, iniciando em Canoas, abrangendo a quase totalidade do Vale do Rio do Sinos e estendendo-se até Nova Petrópolis, Gramado e Canela. O mesmo ocorreu com as Sub-Regiões NE-9 (Caxias do Sul) e NE-7 (Farroupilha - Bento Gonçalves - Garibaldi). Deve-se destacar, no entanto, que os maiores ganhos dessas Sub-Regiões ocorreram nas décadas de sessenta e setenta, como mostram os dados da Tabela 6. A Sub-Região NE-8 (Triunfo - General Câmara), absolutamente inexpressiva em termos de produção industrial até o início da década de oitenta, passou, já em 1985 a responder por mais de 5% do total do Produto Interno da indústria do Estado, devido à implantação de um Pólo Petroquímico.

A conclusão principal a que se chega é a de que se configurou, nas últimas décadas, um processo de desconcentração concentrada da indústria gaúcha. Ao mesmo tempo que aumentou a participação da Região Nordeste no Produto gerado pelo setor, houve uma desconcentração dentro dessa região, na medida em que Porto Alegre, destacadamente o

²¹ Ver ALONSO e BANDEIRA (1988).

principal pólo industrial do Estado até 1970, apresentou um crescimento muito inferior ao de áreas situadas nas suas proximidades³².

Dinâmica setorial e eixos industriais na década de oitenta e no início dos anos noventa

A análise do comportamento do emprego por gêneros, com base em dados levantados pela Secretaria da Fazenda, permite que se investigue com maior detalhe a evolução recente da distribuição espacial do crescimento industrial no Estado. As informações referem-se aos anos de 1986, 1988, 1991 e 1993, período em que ocorreram sensíveis mudanças no nível de emprego dos diferentes gêneros que compõem a estrutura industrial do Estado, como mostram os dados da Tabela 23.

Bem poucos foram os gêneros em que se verificou aumento substancial do pessoal ocupado no período. Na maior parte dos casos, houve um aumento entre 1986 e 1988, seguido de uma queda acentuada entre 1988 e 1991, sucedida por uma certa recuperação no período seguinte. Em outros, no entanto, ocorreu uma redução já na primeira parte do período sob análise, sem que posteriormente fosse recuperado ou superado o nível de 1986.

O saldo desses movimentos, para alguns gêneros, foi amplamente negativo, configurando uma queda bastante substancial no número de postos de trabalho entre 1986 e 1993. Como mostra a Tabela 23, neste último ano, nas indústrias Metalúrgica, Mecânica, de Material Elétrico e da Madeira, a quantidade de empregos ainda era inferior em mais de 10% à de 1986. Nas indústrias de Papel e Papelão e de Fertilizantes, a diferença era superior a 25%. Na indústria Têxtil, o número de empregos era inferior à metade do observado no início do período.

Essas transformações estruturais devem ser levadas em conta ao se analisar as mudanças ocorridas na distribuição geográfica do emprego industrial no Rio Grande do Sul. Em alguns casos, as variações na participação das regiões no total do Estado ocorreram em um contexto de expansão do setor. Em outros, resultam de um processo de contração, cujos efeitos foram espacialmente diferenciados.

Tanto em uma situação como na outra, um dos principais fatores que influenciam os resultados do processo é constituído pela maior ou menor capacidade de cada região para proporcionar uma base territorial adequada para a atuação das empresas nela sediadas. Em princípio, a criação de novos empreendimentos e o surgimento de novos postos de trabalho deverão concentrar-se nas áreas que se caracterizam por uma maior "competitividade sistêmica" e que apresentam maiores vantagens locacionais. A localização em uma região desfavorável contribui para a perda de competitividade por parte das empresas, podendo levar a seu desaparecimento. Deve-se registrar, no entanto, que a análise mais detalhada dessas questões é

³² Esse processo é análogo ao ocorrido em São Paulo, amplamente descrito na literatura que trata do crescimento regional no país nas últimas décadas.

dificultada tanto pelo nível excessivo de agregação das informações aqui utilizadas quanto pela sua qualidade relativamente precária.

Um estudo realizado nos anos oitenta, pela Secretaria de Indústria e Comércio do Estado³³, baseado em dados da Pesquisa Industrial do IBGE de 1979 e em levantamentos de campo efetuados durante os primeiros anos da década de oitenta, identificou a existência de seis eixos industriais no interior do Rio Grande do Sul. A Região Metropolitana de Porto Alegre não foi incluída nessa análise.

O primeiro desses eixos estaria situado no noroeste do território do Estado, abrangendo Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí, Panambi e outras localidades próximas. Na divisão regional adotada para organizar as informações apresentadas neste documento, esses municípios estão incluídos na Sub-Região N-2. Segundo o referido trabalho, os principais gêneros representados nesse eixo eram Mecânica e Produtos Alimentares³⁴.

Os dados da Tabela 22 sugerem que houve um pequeno aumento da importância relativa da Sub-Região onde se situa esse eixo no contexto da indústria do Estado, em termos do número de empregos. Tal fato é confirmado pelas informações relativas ao PIB do setor, mostradas na Tabela 6, segundo as quais a sua participação cresceu em quase meio ponto percentual entre 1985 e 1990.

A Sub-Região N-2 apresentou ganhos em vários gêneros, como Mobiliário, Bebidas e Diversas. Sua participação cresceu, inclusive, em segmentos que apresentaram perdas significativas no número de postos de trabalho no período, como Material de Transportes e Fertilizantes. O aumento mais expressivo, no entanto, ocorreu no caso dos Produtos Alimentares, segmento apontado como uma das especializações do eixo localizado nessa área, onde a participação da Sub-Região N-2 passou de 5,50% para 10,52% do total, como mostram as Tabelas 20 e 21.

Uma parcela expressiva desse crescimento pode ser atribuída à agroindústria de carnes suínas, que atualmente vem experimentando uma reestruturação setorial ainda não captada pelos dados, que se estendem apenas até 1993. Essa reestruturação resultou no fechamento de uma das unidades desse segmento que está localizada na Sub-Região.

No caso da indústria Mecânica, destacada como uma das especializações do eixo (especialmente o segmento de máquinas e implementos agrícolas), a parcela correspondente à Sub-Região aumentou ligeiramente, passando de 14,60% em 1986 para 15,11% em 1993. Trata-se de um gênero no qual o número de empregos existentes no Estado caiu substancialmente no período sob análise.

O segundo eixo identificado pela pesquisa antes referida está localizado no extremo

³³ CONVÊNIO MIC/SIC/CEDIC (1986) - "Projeto Eixos Industriais do Interior do Estado do Rio Grande do Sul - Relatório Consolidado do Setor Industrial".

³⁴ Op. cit., pp. 34-37.

norte do Estado, abrangendo os municípios de Erechim e Passo Fundo, aqui incluídos na Sub-Região N-1. Os principais gêneros nele presentes eram Mecânica, Material de Transporte, Produtos Alimentares e Couros e Peles e Produtos Similares.

Também neste caso houve, segundo a Tabela 22, um aumento de mais de um ponto percentual da participação da Sub-Região no total de empregos gerados pela indústria do Estado, entre 1986 e 1993. Mais ainda, como mostram as Tabelas 20 e 21, a importância relativa da Sub-Região aumentou na maior parte dos gêneros, com destaque para Material Elétrico (0,49% para 2,83%), Material de Transporte (1,96% para 5,27%), Papel e Papelão (6,82% para 10,51%), Vestuário (5,94% para 9,08%), Produtos Alimentares (8,17% para 13,61%) e Diversas (7,38% para 10,64%). É de se destacar que, no total do Estado, o número de empregos nos três primeiros gêneros caiu bastante no período.

Na indústria Mecânica, uma das de maior destaque em nível local, a posição relativa dessa Sub-Região inicialmente debilitou-se, entre 1986 e 1988, para passar a recuperar-se nos anos seguintes. No segmento de Couros e Peles, a posição desta área piorou substancialmente, caindo quase três pontos percentuais.

Deve-se registrar, no entanto, que a participação da Sub-Região N-1 na formação do PIB do Setor Industrial do Estado se manteve constante entre 1985 e 1990, como mostra a Tabela 6, embora sua importância relativa em termos do emprego, no período 1986-93 tenha aumentado.

O terceiro eixo, constituído por Pelotas e Rio Grande, é o único localizado no sul do Estado, compreendendo as Sub-Regiões S-2 e S-3. Os principais gêneros aí representados no início dos anos oitenta, segundo o estudo da Secretaria da Indústria e Comércio, eram Química, Fertilizantes, Produtos Alimentares, Couros, Peles e Similares e Produtos Farmacêuticos e Veterinários.

A importância relativa deste eixo debilitou-se na última década. A participação agregada das duas Sub-Regiões na soma estadual do pessoal ocupado diminuiu em todos os gêneros apontados como sendo os mais expressivos no perfil da indústria local, levando a uma queda de mais de um ponto percentual, em termos agregados, entre 1986 e 1993, como mostra a Tabela 22.

O quarto eixo seria constituído pelos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires (aqui incluídos na Sub-Região N-4), e Lajeado e Estrela (da Sub-Região N-3). Os principais gêneros presentes no eixo, no início da década de oitenta, segundo o referido trabalho, eram Vestuário e Artefatos de Tecidos, Fumo e Produtos Alimentares.

Estas duas Sub-Regiões apresentaram um comportamento diferenciado, em termos de participação no PIB e no emprego industrial, a partir da metade da década de oitenta.

A Sub-Região N-3 (Lajeado - Estrela) teve queda de importância relativa na formação do PIB do setor entre 1985 e 1990, como mostra a Tabela 6, embora sua participação no total

do emprego industrial do Estado tenha aumentado mais de um ponto percentual no período 1986-93.

Nessa Sub-Região, como mostra a Tabela 19, dois gêneros, somados, eram responsáveis por quase 2/3 do emprego da indústria em 1993: Calçados e Produtos Alimentares. Em ambos aumentou a importância relativa da Sub-Região no contexto estadual, de 6,09% para 8,34% no caso dos Calçados e de 6,39% para 8,10% no caso dos Produtos Alimentares. Também no gênero Couros esta área apresentou um acréscimo digno de nota, passando de 8,46% para 11,17% do total estadual no período. Todos esses gêneros expandiram o número de empregos gerados, no conjunto do Estado, entre 1986 e 1993.

Já a Sub-Região N-4 (Santa Cruz do Sul - Venâncio Aires) manteve sua participação no PIB do setor industrial estável entre 1985 e 1990, obtendo um ligeiro ganho em termos de participação no total do emprego.

Nesta Sub-Região, o fumo - segmento em que a ocupação aumentou mais de 27% no período - é o componente mais destacado do perfil da indústria, respondendo, em 1993, por mais de 40% do emprego. Em um segundo lugar distante, como mostra a Tabela 19, vem a indústria dos Calçados, com pouco mais de 13%. Esta Sub-Região concentrava quase 95% dos empregos gerados pela indústria do fumo no Estado em 1993.

O quinto eixo abrange Caxias do Sul e outros municípios da zona colonial italiana (Carlos Barbosa, Garibaldi, Bento Gonçalves, Farroupilha e Flores da Cunha) correspondendo, de forma aproximada, à soma das Sub-Regiões NE-9 e NE-7 deste trabalho. Os principais gêneros identificados pelo estudo da Secretaria de Indústria e Comércio neste eixo foram Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte, Mobiliário e Têxtil.

A importância relativa dessas duas Sub-Regiões no conjunto da indústria gaúcha se manteve relativamente estável a partir da metade da década de oitenta, tanto em termos de emprego quanto de participação no PIB. No entanto, em diversos segmentos importantes sua parcela no total do emprego no Estado cresceu de forma expressiva, como no caso dos gêneros Metalúrgica, Mecânica, Material Elétrico, Material de Transportes, bem como em Papel e Papelão, Borracha e Vestuário.

Isso ocorreu em um período em que houve redução substancial dos postos de trabalho em alguns desses gêneros, evidenciando uma maior resistência das empresas localizadas na região para enfrentar uma conjuntura desfavorável. Por outro lado, sua participação no total estadual diminuiu em alguns gêneros que são relativamente importantes na estrutura do emprego local, como Madeira, Mobiliário, Têxtil e Bebidas.

Na verdade, este eixo já não se situa no que, nos termos deste trabalho, se poderia denominar com propriedade de "*interior*", pois faz parte da Região Nordeste do Estado, onde se tem concentrado o crescimento industrial do Estado ao longo das últimas décadas, como foi mostrado nas seções anteriores deste texto.

O último eixo - tendo como principal segmento a indústria dos calçados - seria composto por Gramado, Três Coroas, Igrejinha, Taquara e Parobé, que fazem parte da Sub-Região NE-5, na qual também estão incluídos os municípios do Vale dos Sinos e vários outros que compõem a Região Metropolitana. Essa Sub-Região constitui um conjunto excessivamente amplo e heterogêneo, dificultando uma análise mais detalhada.

Evidentemente, é ainda mais discutível considerar este eixo como pertencendo ao interior do Estado, pois a expansão industrial na quase totalidade dos municípios que o compõem tem sido derivada de um transbordamento da dinâmica do crescimento industrial no Vale dos Sinos, que faz parte da Região Metropolitana.

Sintetizando a avaliação das mudanças ocorridas na distribuição geográfica do emprego industrial, pode-se destacar que a parcela da Região Nordeste no total do Estado caiu dois pontos percentuais, em termos agregados, entre 1986 e 1993, embora a sua participação relativa tenha aumentado em oito gêneros: Minerais Não Metálicos, Metalúrgica, Borracha, Couros, Química, Fertilizantes, Produtos Farmacêuticos, Matérias Plásticas e Têxtil.

O município de Porto Alegre, que constitui a Sub-Região NE-1, teve uma queda agregada de quase dois pontos percentuais nesse período, embora apresentasse ganhos, em termos relativos, em alguns segmentos importantes, como Metalúrgica, Mecânica, Material Elétrico e Química. A capital teve perdas acentuadas de participação nos gêneros Material de Transportes, Mobiliário, Borracha, Perfumaria, Matérias Plásticas, Têxtil, Vestuário, Fumo, Editorial e Gráfica e Diversas.

A Região Norte, por sua vez, aumentou sua participação no total do emprego gerado pela indústria gaúcha em quase quatro pontos entre 1986 e 1993, com todas as quatro Sub-Regiões que a compõem apresentando acréscimos consistentes ao longo do período, como mostra a Tabela 22. A região teve ganhos em quase todos os gêneros, à exceção de Borracha, Produtos Farmacêuticos, Matérias Plásticas e Têxtil (onde a perda foi significativa). Os segmentos onde houve aumentos mais substanciais foram Material Elétrico, Material de Transportes, Papel e Papelão, Fertilizantes, Perfumaria, Vestuário, Calçados, Produtos Alimentares e Fumo.

A participação da Região Sul, em termos agregados, caiu quase dois pontos entre 1986 e 1993. Em alguns gêneros, a sua posição relativa melhorou, como Madeira, Vestuário, Bebidas, Editorial e Gráfica e Diversas, Material Elétrico, Mobiliário, Matérias Plásticas e Calçados. Em muitos deles, embora tenha ocorrido um pequeno aumento, a parcela da região continua inexpressiva.

Por outro lado, em vários gêneros de grande participação no perfil da indústria local, a participação do Sul reduziu-se substancialmente. É o caso dos Produtos Alimentares, gênero responsável por quase 60% do emprego industrial na região, em que sua participação no total do Estado caiu de 44,93% para 34,91%. Apenas uma das Sub-Regiões do Sul não teve perdas

nesse gênero entre 1986 e 1993.

O Quadro 1, abaixo, sintetiza as mudanças ocorridas na distribuição do emprego industrial, entre as Regiões Nordeste, Norte e Sul, por gêneros, entre 1986 e 1993. O Sul aparece claramente como área perdedora em grande parte dos segmentos, enquanto Nordeste e Norte alternam ganhos e perdas.

TABELA 1

EMPREGO NA INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL, POR GÊNEROS, ENTRE 1986 E 1993: VARIAÇÃO E TENDÊNCIAS DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA *.

Gênero	Variação do Emprego	Regiões Ganadoras	Regiões Perdedoras
Minerais Não Metálicos	- 4,67 %	Nordeste e Norte	<u>Sul</u>
Metalúrgica	- 16,83 %	Nordeste e Norte	<u>Sul</u>
Mecânica	- 19,70 %	Norte	Nordeste
Material Elétrico	- 10,24 %	Norte e Sul	Nordeste
Material de Transportes	- 7,08 %	Norte	Nordeste
Madeira	- 11,29 %	Sul e Norte	Nordeste
Mobiliário	+ 0,78 %	Norte	Nordeste
Papel e Papelão	- 25,08 %	Norte	Nordeste
Borracha	+ 2,39 %	-	-
Couros	+ 11,53 %	Nordeste	<u>Sul</u>
Química	- 6,52 %	Norte	<u>Sul</u>
Fertilizantes	- 37,30 %	<u>Nordeste e Norte</u>	<u>Sul</u>
Produtos Farmacêuticos	- 5,40 %	Nordeste	<u>Sul</u>
Perfumaria	+ 35,58 %	<u>Norte</u>	<u>Nordeste</u>
Matérias Plásticas	+ 35,25 %	Nordeste	<u>Norte</u>
Têxtil	- 53,73 %	<u>Nordeste</u>	<u>Norte</u>
Vestuário	- 0,40 %	<u>Norte e Sul</u>	<u>Nordeste</u>
Calçados	+ 7,64 %	Norte	Nordeste
Produtos Alimentares	+ 6,48 %	<u>Norte</u>	<u>Sul</u>
Bebidas	- 1,60 %	Sul	Nordeste
Fumo	+ 27,94 %	<u>Norte</u>	<u>Nordeste e Sul</u>
Editorial e Gráfica	+ 8,46 %	Norte	Nordeste
Diversas	+ 40,91 %	<u>Sul e Norte</u>	<u>Nordeste</u>
TOTAL	- 1,09 %	Norte	Sul e Nordeste

* As regiões com fortes ganhos ou perdas de participação, em termos percentuais, aparecem sublinhadas.

As mudanças ocorridas na distribuição geográfica dos empregos industriais no Estado na última década, descritas nesta seção, mostram com clareza que houveram avanços expressivos da Região Norte, que se somaram a um prosseguimento dos rearranjos locais dentro da Região Nordeste, onde a capital continua a aparecer, no agregado, como área perdedora.

Essas mudanças certamente não configuram uma tendência mais abrangente no sentido da interiorização do crescimento industrial. Sugerem, todavia, que esteja ocorrendo uma

progressiva ampliação da desconcentração concentrada da indústria no Rio Grande do Sul, da qual ainda continuam a participar mais destacadamente as áreas situadas nas proximidades de centros industriais mais antigos, dentro da própria Região Nordeste ou nas suas proximidades³⁵, às quais se agregaram alguns pontos mais distantes da Região Norte. A Região Sul, até o momento, não conseguiu integrar-se de formamais efetiva a esse processo.

3.2 AS MIGRAÇÕES INTERNAS E A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

A partir dos anos setenta aceleraram-se as mudanças na distribuição espacial da população gaúcha. As áreas situadas na periferia da capital e ao longo do eixo Porto Alegre - Caxias do Sul - incluídas na Região Nordeste, a mais industrializada do Estado - alcançaram taxas de crescimento demográfico bem mais elevados do que a média nessa década. Como mostra a Tabela 11, a participação do Nordeste no total da população do Estado aumentou de 34,28% para 40,21% entre 1970 e 1980.

Com base nas estimativas efetuadas para os fluxos migratórios, apresentadas na Tabela 15, pode-se afirmar que mais da metade desse acréscimo pode ser atribuído à vinda de migrantes oriundos de outras regiões do Estado. Em virtude dessa migrações internas, a grande maioria das Sub-Regiões que compõem o Nordeste apresentou taxas de crescimento da população bastante superiores à média estadual na década de setenta.

Os valores mais elevados corresponderam às Sub-Regiões NE-3 (Alvorada - Viamão) e NE-4 (Cachoeirinha-Glorinha-Gravataí), situadas na periferia de Porto Alegre e constituídas por cidades-dormitório da Região Metropolitana. Também expressivas foram as taxas correspondentes às Sub-Regiões NE-5 - que é composta pela área industrializada que se estende ao norte da capital - e NE-9, onde se localiza Caxias do Sul. A maior parte do aumento da população dessas áreas nos anos setenta pode ser atribuída aos fluxos migratórios. Mais de 80% do acréscimo ocorrido no número de habitantes das Sub-Regiões NE-3 e NE-4 foi devida à migração. Já no caso das Sub-Regiões NE-5 e NE-9 a contribuição das migrações superou a casa dos 65%.

As Regiões Sul e Norte, ao contrário do Nordeste, perderam participação no total da população do Estado. A maior queda correspondeu ao Norte, cuja parcela diminuiu quase quatro pontos percentuais entre 1970 e 1980, como mostra os dados da Tabela 11. Já no caso do Sul a redução foi menos acentuada. A maior parte das Sub-Regiões do Norte e do Sul apresentou taxas de crescimento demográfico inferiores média, ocorrendo, inclusive, alguns casos de áreas que apresentaram perdas absolutas de população (Sub-Regiões N-1, S-6 e S-

³⁵ Ver DINIZ (1991) - "Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem Desconcentração nem Contínua Polarização".

7). As duas únicas exceções foram as Sub-Regiões S-2 (Pelotas) e S-3 (Rio Grande), cujo crescimento populacional superou a média estadual.

Segundo as estimativas elaboradas para as migrações internas constantes da Tabela 15, excluindo-se as Sub-Regiões S-2 (Pelotas) e S-3 (Rio Grande), todas as demais áreas componentes das regiões Norte e Sul teriam apresentado fluxos migratórios negativos (emigração líquida) na década de setenta. Em muitos casos - como o das Sub-Regiões NE-6, NE-8, N-1, N-3, S-3, S-4, S-6, S-7 e S-9 - teria emigrado no decorrer do decênio um número de pessoas equivalente a mais de 10% da população local do início do período.

Na década de oitenta e na primeira metade dos anos noventa essa tendência no sentido do aumento da concentração espacial da população gaúcha teve continuidade. A participação do Nordeste no total passou de 40,21% em 1980 para 44,74% em 1991, atingindo 46,32% em 1996. O Norte, por sua vez, continuou a ser a região de crescimento mais lento, como se observa na Tabela 13.

O vínculo entre o padrão espacialmente concentrado de crescimento da indústria gaúcha e a direção dos fluxos de migrações internas é evidente. Na medida em que a geração de novos empregos, diretos e indiretos, oriundos do crescimento industrial, foi centralizada em uma parcela do território do Estado, tenderam a intensificar-se os movimentos migratórios em direção a essa área mais dinâmica.

Como evidenciam os dados da Tabela 15, contingentes expressivos de população abandonaram as zonas cuja economia proporcionava menores oportunidades de ocupação para buscar trabalho nas regiões industrializadas. Somaram-se a essa atração as profundas transformações verificadas na agropecuária gaúcha a partir da década de sessenta, com o avanço da lavoura mecanizada e com a crise da pequena propriedade, que contribuíram para intensificar o êxodo rural. Deve-se destacar, nesse contexto, as expressivas perdas migratórias que teve, desde 1970, a Sub-Região N-3, situada no Noroeste do Estado, cuja economia é caracterizada pela predominância da pequena propriedade rural. Como mostra a Tabela 14, sua população praticamente parou de crescer nos anos oitenta, chegando a diminuir em números absolutos na primeira metade da década de noventa.

4 A SITUAÇÃO ATUAL DAS REGIÕES

A visão panorâmica apresentada nas seções anteriores sobre as tendências da distribuição geográfica do crescimento econômico no Rio Grande do Sul deve ser complementada por um diagnóstico sucinto da situação das regiões na atualidade.

Além disso, devem ser avaliadas as perspectivas dessas regiões para os próximos anos, tendo em vista não apenas o que possa ocorrer com os principais segmentos que compõem a economia local, mas também a potencialidade que apresentam para atrair novos empreendi-

mentos no futuro próximo.

As considerações apresentadas a seguir baseiam-se, em grande parte, no conteúdo dos textos preliminares para discussão interna produzidos pelos demais núcleos do **Projeto RS-2010**, em especial nos documentos relativos à indústria e ao agribusiness.

4.1 REGIÃO SUL

Dentre as grandes regiões do Estado, o Sul é a que apresenta uma estrutura econômica mais simples, calcada fundamentalmente em duas cadeias produtivas que respondem, direta ou indiretamente, por grande parte da renda gerada na região: a da orizicultura e a da pecuária de corte. Os dois segmentos enfrentam situação difícil na atualidade.

No caso da orizicultura, uma das principais causas dessa situação está relacionada com o elevado grau de endividamento de uma parte dos produtores da região, responsáveis por uma parcela bastante significativa da produção local.

Outro aspecto da questão está ligado ao estancamento da expansão da cultura dentro da região, em virtude da crescente dificuldade para encontrar áreas que possam ser irrigadas a um custo relativamente baixo, somada ao elevado valor dos arrendamentos. Em virtude desses fatores, alguns produtores da região, atraídos pela concessão de incentivos e pelo preço mais baixo da terra, introduziram e expandiram o cultivo do arroz em áreas vizinhas do Uruguai e da Argentina, onde foram imitados por produtores locais. Na atualidade, as importações oriundas desses dois países já exercem concorrência importante com a produção do Rio Grande do Sul.

A cadeia produtiva ligada à pecuária de corte, além dos problemas estruturais históricos que lhe conferem um baixo dinamismo, tem tido sua situação agravada pela crise recorrente dos grandes frigoríficos exportadores situados na região. Os problemas enfrentados pelos frigoríficos configuram uma situação que tem reflexos importantes sobre o nível de emprego em algumas Sub-Regiões do Sul.

Segundo o levantamento realizado pelo Núcleo de Agribusiness do Projeto RS-2010, as perspectivas dos dois segmentos, para os próximos anos, são incertas. Foram colhidas opiniões contraditórias entre empresários e técnicos ligados a essas atividades, que vão desde um profundo pessimismo até a convicção de que os problemas atuais serão completamente superados³⁶.

Uma terceira cadeia produtiva agro-industrial de importância na região é a da fruticultura e da produção de conservas, especialmente de pêssego. Este conjunto de atividades, concentrado em Pelotas e em alguns municípios vizinhos, também enfrenta uma situação difícil.

³⁶ RS-2010 - "Núcleo Agribusiness", pp. 3-4 e 9-10.

As causas imediatas da situação estão relacionadas à abertura da economia - mais especificamente, à entrada no país de produtos oriundos da Grécia - e à concorrência de empresas de outros Estados, cuja competitividade é reforçada pela concessão de incentivos fiscais. As causas mais profundas, no entanto, ligam-se ao enfoque adotado por grande parte das empresas que atuam no segmento, que não construíram, no período em que contavam com as facilidades de um mercado protegido, as bases para competir com sucesso em um contexto de concorrência mais acirrada.

Um dos maiores problemas da região, no entanto, parece estar ligado à reduzida capacidade que os agentes locais têm evidenciado para identificar e explorar oportunidades de diversificação econômica. O surgimento do MERCOSUL, embora cause maiores dificuldades no curto prazo, pode gerar novas possibilidades para a área, em virtude de sua posição geográfica favorável. Assim, em uma visão otimista, a região pode, eventualmente, surgir como uma fronteira que atraia empreendedores oriundos de outras regiões para explorar potencialidades ainda não evidentes na atualidade.

Dentro dessa perspectiva, algumas áreas parecem demonstrar maior potencialidade. A primeira delas é o Eixo Pelotas - Rio Grande, que concentra quase meio milhão de habitantes e já conta com uma base industrial significativa, apresentando ainda outros fatores favoráveis, como a existência de quatro instituições de ensino superior. Serão decisivos para a concretização de tais potencialidades a continuidade da revitalização do porto de Rio Grande e o melhoramento das rotas de acesso à Região Metropolitana.

Cabe destacar, também, as áreas da Região Sul mais próximas à capital, situadas ao longo dos eixos da BR-116 e BR-290, que deverão beneficiar-se da tendência ao espraiamento da indústria da Região Metropolitana, no contexto do processo de "desconcentração concentrada" apontado anteriormente.

Finalmente, parecem apresentar potencialidades mais significativas para atração e expansão de novas atividades alguns centros da fronteira que constituem postos de passagem de rotas importantes de transportes do MERCOSUL, com destaque para os casos de Uruguaiana e São Borja.

4.2 REGIÃO NORTE

A Região Norte é bem mais complexa, do ponto-de-vista econômico, que o Sul. Apesar do fato de que sua estrutura produtiva ainda esteja associada basicamente à agropecuária e à agroindústria, nela coexistem Sub-Regiões bastante diferenciadas. A maior ameaça enfrentada pela economia local é constituída pela concorrência de áreas "novas" do centro do país, cuja competitividade tende a aumentar à medida que melhoram as redes de transportes, comunicações e armazenagem nessas regiões que até recentemente constituam a zona de expansão da fronteira agrícola no país.

Embora tenha passado por um importante processo de diversificação produtiva nas últimas duas décadas, após um período de amplo predomínio do binômio trigo-soja, seu complexo agro-industrial mais importante continua a ser o ligado à soja. Nesse segmento, as perspectivas do Rio Grande do Sul não parecem favoráveis, devido ao esgotamento da fronteira agrícola, ao reduzido avanço nos níveis de produtividade e à crescente concorrência de áreas do centro e do norte do país, bem como da Argentina e do Paraguai. A tendência no sentido da realocação da lavoura afeta, evidentemente, os segmentos ligados ao processamento. Assim, é previsível que as indústrias de esmagamento e de produção de óleo venham, cada vez mais, a expandir-se fora do Estado, nas proximidades das novas zonas produtoras. Outro segmento da economia local que pode ser negativamente afetado pelo deslocamento geográfico da lavoura é a indústria de máquinas e implementos agrícolas.

Outro setor em que as perspectivas da Região parecem problemáticas é a cadeia produtiva ligada ao processamento de carnes suínas, na atualidade um dos principais componentes da agroindústria da região. Aqui, também, o problema está ligado à disponibilidade do principal insumo, o milho³⁷. No entanto, o Norte do Rio Grande do Sul, assim como o Oeste de Santa Catarina, sede das principais empresas deste segmento, apresenta a vantagem de contar com a presença de proprietários rurais e de mão-de-obra com características culturais favoráveis para trabalhar no contexto de um processo de integração entre produtores e indústria. Agentes econômicos com essas características talvez sejam mais difíceis de encontrar nas áreas do Centro-Norte do país, mais próximas da fronteira agrícola, para onde tende a deslocar-se a produção de milho.

A produção de laticínios é outro segmento importante da economia da Região Norte que tem enfrentado dificuldades, derivadas do aumento da concorrência no mercado nacional. As análises disponíveis indicam serem duvidosas as perspectivas de sobrevivência de algumas empresas menores³⁸, face à entrada de novos concorrentes de grande porte no setor e ao aumento da presença de produtos importados do Uruguai e da Argentina no mercado local. Outra tendência é no sentido da concentração da produção do leite³⁹, em detrimento dos pequenos produtores, devido à preferência das empresas processadoras por fornecedores de maior volume de produção e com melhores padrões de qualidade.

A agroindústria de aves, que tem presença significativa em partes da região, também enfrenta dificuldades na atualidade, devido ao custo relativamente mais elevado dos insumos no Rio Grande do Sul e à guerra fiscal que beneficia empresas localizadas em outros Estados. Também neste segmento é provável que a expansão venha a ocorrer em áreas do centro do país, mais próximas dos mercados mais dinâmicos e onde a produção de insumos (milho e soja) pode ser expandida a custos menores. Aqui, como no caso da suinocultura, a vantagem

³⁷ RS-2010 - "Núcleo Agribusiness", pp. 35 e 38.

³⁸ RS-2010 - "Núcleo Agribusiness", p. 31.

³⁹ RS-2010 - "Núcleo Agribusiness", pp. 30-31.

da região está ligada à presença de atores com características culturais favoráveis para a integração produtor-indústria. Como registra o estudo do Núcleo de Agribusiness do Projeto RS-2010:

"A não ser que algumas medidas sejam tomadas para reduzir as desvantagens competitivas da produção gaúcha, a expansão da avicultura não deverá ocorrer dentro das fronteiras do Rio Grande do Sul. De fato, (...) as principais empresas gaúchas planejam expandir as suas atividades apenas fora do Rio Grande do Sul."⁴⁰

As perspectivas do complexo agro-industrial do fumo, cujos principais centros (Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires) estão localizados dentro desta região, parecem ser mais favoráveis. Houve, recentemente, importantes investimentos nesse segmento, embora haja uma forte tendência no sentido da concentração, com a provável eliminação de empresas menores, ligadas ao beneficiamento do produto.

Como foi mostrado em uma seção anterior, algumas áreas desta região têm evidenciado, na última década, um dinamismo industrial superior à média do Estado, inclusive avançando bastante em termos de diversificação. Assim, suas perspectivas parecem favoráveis para a atração de novos empreendimentos, caso venha a acelerar-se o processo de desconcentração do crescimento da indústria gaúcha. Sem dúvida, a Região Norte parece bem melhor habilitada do que a Região Sul para responder positivamente a medidas que venham a ser adotadas para acelerar a desconcentração geográfica do crescimento industrial.

A potencialidade de algumas localidades da região, como Erechim, Passo Fundo, Ijuí e Santo Ângelo, é aumentada pelo fato de se situarem ao longo de uma das principais rotas de transporte rodoviário de cargas do MERCOSUL, ligando o Sudeste do Brasil a Buenos Aires. Essa rota é constituída pela BR-476, entre Curitiba e União da Vitória, seguindo pela BR-153 até Erechim, pela RS-135 até Passo Fundo e pela BR-285 até São Boja, continuando pela BR-472 até Uruguaiana, na Fronteira da Argentina.

4.3 REGIÃO NORDESTE

As perspectivas de desenvolvimento da Região Nordeste do Rio Grande do Sul estão diretamente associadas à possibilidade de sua consolidação como pólo industrial e de serviços no contexto do MERCOSUL. Esta possibilidade depende, fundamentalmente, da sua atratividade locacional, ou seja, da sua capacidade para posicionar-se como alternativa vantajosa para a implantação de novos empreendimentos que visem o mercado dois países que constituem MERCOSUL ou, até mesmo, o mercado mundial. O determinante básico dessa atratividade é constituído pela competitividade sistêmica da região.

⁴⁰ RS-2010 - "Núcleo Agribusiness", p. 41.

Uma das principais análises recentes da dinâmica espacial de crescimento da indústria do país⁴¹ destaca a tendência no sentido da concentração da expansão industrial dentro de um polígono que abrange boa parte do sul e do sudeste do território brasileiro, cujos vértices seriam Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis, São José dos Campos e, novamente, Belo Horizonte.

Parece evidente que a consolidação do MERCOSUL e a intensificação dos fluxos econômicos com os países do Prata tendem a favorecer as áreas situadas no sul desse polígono, entre as quais a Região Nordeste do Rio Grande do Sul⁴². Essa hipótese tem sido confirmada pelas decisões de localização de vários grandes empreendimentos implantados no país nos últimos anos, especialmente da indústria automobilística, que em sua maioria têm optado pelos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Dentre eles, duas montadoras de automóveis, a Ford e a General Motors, escolheram cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre. Uma montadora de caminhões, a Navistar, escolheu Caxias do Sul. Cabe registrar que a concessão de incentivos pelo Governo do Estado constituiu-se em um dos fatores determinantes dessas opções.

Embora a estrutura econômica da região seja bastante diversificada, cabe destacar o segmento da produção de calçados, que responde por mais de 1/3 dos empregos gerados pela indústria na área, como mostra a Tabela 19.

O setor calçadista enfrentou, nos anos mais recentes, um processo de ajuste que implicou no desaparecimento de muitas empresas menores e em expressiva redução do número de empregos. Os efeitos desse processo não são captados pelas estatísticas utilizadas neste trabalho, que se referem a um período anterior.

As causas desse ajuste foram a redução da competitividade do calçado gaúcho no mercado internacional, em virtude da valorização do real, e a expansão do setor em outros estados, especialmente do Nordeste, atraída pelo custo mais baixo da mão-de-obra mais barata e por políticas agressivas de incentivos fiscais.

A indústria calçadista gaúcha continuará a enfrentar ameaças oriundas da concorrência de outras regiões, no país (Nordeste) e no exterior (China e Sudeste da Ásia), cuja competitividade baseia-se no baixo custo de mão-de-obra. Sua sobrevivência e possibilidade de expansão dependerão das estratégias que forem adotadas pelas empresas locais para enfrentar essas ameaças. Existe o risco de que a opção majoritária seja pela migração para reduzir os custos com força de trabalho, o que implicaria na continuidade da queda no número de empregos gerados pelo setor no estado.

O principal segmento da agroindústria da Região Nordeste do Estado é a vitivinicultura, concentrada na região colonial italiana. Esse segmento entrou em crise com a abertura da

⁴¹ Ver DINIZ (1991) e (1995).

⁴² Ver BANDEIRA (1995), p. 10.

economia, devido à concorrência de produtos importados de outros países que compõem o MERCOSUL e da Europa. Uma das estratégias adotadas para enfrentar dessa crise foi o aumento da produção de sucos, inclusive de outras frutas, por parte de algumas das cooperativas do setor, como registra o estudo preliminar realizado pelo Núcleo de Agribusiness do Projeto RS-2010⁴³.

O mesmo estudo indica que tende a haver concentração no segmento de produção de vinhos, com o desaparecimento de um número expressivo de empresas. Tende a ampliar-se, também, a adoção de uma estratégia de sobrevivência baseada na mudança para a produção de sucos⁴⁴.

Uma grande ameaça para a Região, em uma visão de longo prazo, é constituída pela possibilidade de perda de competitividade locacional devido surgimento precoce de deseconomias externas, oriundas da aglomeração excessiva e da expansão desordenada da malha urbana. As decisões recentes de localização de grandes empreendimentos da indústria automobilística em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre tornam evidente a necessidade da adoção de medidas de planejamento que previnam o surgimento e/ou agravamento desses problemas.

5 TENDÊNCIAS E DESAFIOS PARA A PRÓXIMA DÉCADA

As duas últimas décadas - especialmente os anos mais recentes - marcaram uma profunda mudança no contexto em que devem operar os atores envolvidos com a promoção do desenvolvimento regional. Essa transformação, que envolve a globalização das relações econômicas e mudanças no papel do estado, condiciona fortemente a formulação de políticas públicas de qualquer tipo. No contexto da globalização, a queda das barreiras que protegiam os produtores nacionais levou a um acirramento da concorrência que abalou a posição anteriormente sólida desfrutada por muitas empresas e regiões. Em consequência, algumas atividades de grande expressão econômica local ou regional passaram a enfrentar dificuldades.

Também a implantação do Plano Real contribuiu para desencadear crises regionais, na medida em que, ao sobrevalorizar a moeda nacional, reduziu a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo. Soma-se a isso tudo a deterioração progressiva da capacidade financeira das diversas instâncias da administração pública, reduzindo sua capacidade para atuar na promoção do desenvolvimento.

Tais mudanças afetam diretamente o Rio Grande do Sul, talvez com maior intensidade que outros Estados brasileiros, tendo em vista o grau relativamente elevado de abertura da economia gaúcha e a similaridade entre o seu perfil e a estrutura produtiva dos demais países que compõem o MERCOSUL. Tal conjugação de transformações impõe a muitos segmentos

⁴³ RS-2010 - "Núcleo Agribusiness", pp. 42-43.

⁴⁴ RS-2010 - "Núcleo Agribusiness", p. 43.

da economia das regiões do Estado a obtenção de ganhos significativos de competitividade, sob pena de serem condenados ao declínio ou à expulsão do mercado.

Do ponto de vista territorial, a acentuada concentração de economias de aglomeração nas regiões próximas ao eixo Porto Alegre - Caxias do Sul deverá continuar a incidir de forma determinante sobre as tendências de desenvolvimento regional para a próxima década. Devido a essa concentração, o processo de interiorização do crescimento econômico tem sido muito lento, como já foi destacado anteriormente. A presença de economias externas tem feito com que as decisões mais recentes de localização de grandes empreendimentos no Estado tendessem a privilegiar essa região, reforçando ainda mais o padrão espacialmente concentrado de crescimento da atividade industrial.

Em consequência da ação desses fatores, somada a outros aspectos já referidos nas seções anteriores, considera-se que os padrões de crescimento regional no Rio Grande do Sul, nos próximos anos, serão caracterizados pelas tendências apresentadas a seguir.

5.1 CONTINUIDADE DA CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DO CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA

Na ausência de intervenções eficazes do poder público no sentido de promover a interiorização, o padrão territorialmente concentrado de crescimento da indústria gaúcha deverá manter-se nos próximos anos. O processo de "desconcentração concentrada" verificado ao longo das últimas décadas deverá ter continuidade e a expansão deverá concentrar-se em áreas situadas no entorno dos centros industriais já consolidados, como a Região Metropolitana, Caxias do Sul e outros municípios adjacentes da região colonial italiana, bem como outros pólos relativamente próximos da capital, como Santa Cruz do Sul e Estrela-Lajeado, e eixos rodoviários que radiam a partir da Região Metropolitana.

Nas áreas mais distantes, ressalvadas algumas exceções, as possibilidades de crescimento ficarão mais ligadas à expansão de segmentos diretamente ligados à base agropecuária da região. As exceções poderão ser constituídas por certas localidades - especialmente da Região Norte - que já apresentam alguma tradição manufatureira mais diversificada, como Erechim, Passo Fundo, Panambi e Horizontina, ou por centros que venham a evidenciar vantagens locacionais derivadas da sua situação em pontos estratégicos da malha de transportes do Estado ou ao longo das principais rotas do MERCOSUL.

5.2 CONTINUIDADE DA CRISE ESTRUTURAL EM REGIÕES AGRÍCOLAS DE DIFÍCIL RECONVERSÃO

Mesmo deixando de lado a análise das perspectivas de mercado e preços para os principais produtos do setor primário gaúcho, observa-se que a situação estrutural de muitas das

regiões agrícolas do Estado é bastante difícil. Algumas dentre elas tendem a caracterizar-se, na atualidade, como áreas marginais nas linhas de produção que lhes são características. Pesa, nesse contexto, a concorrência constituída pelas frentes de expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Norte do País, pelas terras mais baratas disponíveis em países vizinhos, ou pela produção oriunda das regiões extremamente férteis do pampa argentino. A situação é agravada pelas altas taxas de juros vigentes no Brasil e pelo cronicamente elevado grau de endividamento dos produtores locais.

Essa conjugação de problemas é extremamente grave em áreas como o noroeste gaúcho, relativamente distantes de grandes centros de consumo e onde predominam as pequenas propriedades. Nesses casos, pode-se prever que o processo de reconversão e de busca de novas alternativas tenderá a ser extremamente difícil, agravando o problema do êxodo rural.

Uma das principais causas dos fluxos migratórios internos no Estado, nas últimas décadas, tem sido a continuada crise da agropecuária familiar. Como mostra a Tabela 15, nos últimos vinte e seis anos, quase 750 mil pessoas saíram da Região Norte, caracterizada pelo grande número de pequenas unidades produtivas, com destino aos centros urbano-industriais da Região Nordeste. Nada indica que a crise dessas regiões possa ser revertida nos próximos anos. Ao contrário, a maior abertura da economia brasileira poderá tomar sua situação ainda mais difícil. Em consequência, o padrão migratório observado nas últimas décadas tenderá a manter-se nos próximos anos.

O processo de reconversão também deverá ser difícil nas zonas caracterizadas pelo predomínio da grande propriedade. Em áreas que sejam marginais em termos de fertilidade, ou que apresentem severas limitações de uso dos solos, não será fácil identificar alternativas capazes de dinamizar a economia local ou encontrar formas de elevar o nível de produtividade das linhas de produção atualmente existentes.

Os principais fatores determinantes das perspectivas de cada região, neste caso, estarão ligados à agilidade dos atores econômicos para incorporar tecnologias capazes de aumentar a produtividade nas linhas de produção já existentes e identificar alternativas viáveis e competitivas para a utilização dos recursos produtivos locais.

5.3 RISCO DE CRISES LOCALIZADAS DEVIDO À PERDA DE POSIÇÕES DE MERCADO POR ATIVIDADES INDUSTRIAIS DE GRANDE EXPRESSÃO ECONÔMICA LOCAL

A crescente abertura da economia brasileira tem provocado tensões que tornam incertas as perspectivas de segmentos importantes da economia de algumas regiões do Estado. Exemplos dessa situação são a indústria de conservas de pêssego, na região de Pelotas, fortemente pressionada pela concorrência externa, ou a indústria calçadista do Vale dos Sinos, que vem

perdendo espaço para outras áreas concorrentes do País e do exterior, onde os custos de mão-de-obra são mais baixos. Tensões desse tipo deverão tornar-se freqüentes, na medida em que a economia gaúcha continue exposta aos efeitos da globalização.

Portanto, é previsível que muitos segmentos da economia estadual venham a enfrentar dificuldades, mesmo em se supondo um aumento da capacidade de adaptação dos produtores e das empresas a essa nova dinâmica. Caso não haja um aumento quase generalizado de competitividade, as crises regionais tornar-se-ão recorrentes, surgindo com freqüência cada vez maior.

Cabe ressaltar que o balanço da situação atual das grandes regiões do Estado, apresentado em uma seção anterior deste trabalho, indica que importantes segmentos das economias das Regiões Sul e Norte encontram-se bastante fragilizados na atualidade. O eventual aprofundamento das crises setoriais - somado à implantação de grandes empreendimentos industriais na Região Nordeste - poderá contribuir para aumentar os fluxos migratórios em direção a essa área mais dinâmica.

6. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA REDUZIR AS DESIGUALDADES REGIONAIS

Tendo em vista o que foi exposto anteriormente, pode-se concluir que um dos principais focos das políticas regionais a serem desenvolvidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul deve ser o estímulo à desconcentração do crescimento econômico. Essa preocupação central deve ser, evidentemente, associada a ações - especialmente de ordenamento territorial - que evitem o surgimento de estrangulamentos que provoquem a deterioração da competitividade das empresas localizadas nas regiões que têm liderado a expansão econômica do Estado nas últimas décadas.

Sugere-se, portanto, que as políticas estaduais de desenvolvimento regional a serem desenvolvidas na próxima década baseiem-se nas diretrizes estratégicas e ações relacionadas a seguir.

6.1 ESTIMULAR A INTERIORIZAÇÃO DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL

A continuidade da concentração do crescimento industrial na Região Nordeste do Estado pode levar ao surgimento precoce de deseconomias de aglomeração na área, capazes de reduzir severamente a sua competitividade sistêmica.

Deve-se evitar que se reproduza no Rio Grande do Sul o ocorrido na Região Metropolitana de São Paulo, onde se verificou, ao longo das últimas décadas, um processo severo de perda de atratividade, com a expulsão de novos empreendimentos para outras regiões, tendo

como conseqüência a concentração espacial do desemprego e da crise social.

Políticas públicas adequadas, combinando programas de incentivo à interiorização com investimentos estratégicos em infra-estrutura, podem contribuir de forma decisiva para acelerar o lento processo de desconcentração da indústria, já em andamento, podendo fazer com que alcance regiões mais distantes da capital.

6.1.1 Linhas de ação propostas

Melhoramento dos eixos viários que ligam o interior à Região Metropolitana

A duplicação ou o substancial melhoramento dos eixos rodoviários que ligam a capital ao interior constituem-se em importantes instrumentos para ampliar a área de influência das economias externas que se acumulam ao longo do eixo Porto Alegre - Caxias. No jargão da economia regional, essas melhorias promoveriam uma ampliação do campo aglomerativo⁴⁵ dessa área mais industrializada.

Esses melhoramentos, além de estimular a interiorização do crescimento ao longo dos próprios eixos rodoviários, ajudariam a fortalecer a competitividade locacional de pontos mais distantes do interior, que teriam melhor acessibilidade à região onde se concentra uma gama variada de clientes, fornecedores e serviços de apoio.

A experiência de São Paulo evidencia o papel que pode ser desempenhado pelas rodovias na interiorização do crescimento industrial. Como registra NEGRI (1988):

"As políticas espaciais adotadas pelo governo estadual também exerceram influência no processo de descentralização, notadamente pelos investimentos em grandes e modernas rodovias (...) Essa política aproximou as distâncias entre a metrópole e o interior, diminuindo os custos de transportes e alargando o horizonte da localização industrial"⁴⁶

Revisão dos programas estaduais de incentivos, para fortalecer o estímulo à interiorização

Para que seja proporcionado um estímulo mais efetivo à interiorização do crescimento industrial, as políticas de estaduais de incentivos devem incorporar diferenças bastante significativas de tratamento que favoreçam as áreas do interior, especialmente aquelas mais distantes da capital, para compensar a falta de economias externas de aglomeração. Sem essas diferenças de tratamento, será difícil promover uma diversificação mais expressiva da indústria de muitas regiões do interior, ficando suas possibilidades de crescimento atreladas, na maior parte dos casos, exclusivamente a alguns poucos segmentos agro-industriais.

⁴⁵ Ver AZZONI, (1986), p. 75 e seguintes.

⁴⁶ Ver NEGRI (1988), p. 31.

Reivindicação de ações federais que favoreçam a reconversão e diversificação econômica de áreas do interior de importância estratégica no contexto do MERCOSUL

Como foi visto em seções anteriores, muitos segmentos da economia das regiões do interior do Rio Grande do Sul têm sido negativamente afetados pelo processo de integração com os países do Prata.

Para complicar essa situação, a guerra fiscal atualmente travada entre as unidades da federação reduz substancialmente a eficácia de muitas das medidas que podem ser adotadas pelo Estado no sentido de promover a reconversão e a diversificação produtiva dessas regiões. Torna-se quase impossível, por exemplo, em um contexto caracterizado pela acirrada competição entre os Estados, condicionar a concessão de incentivos a opções de localização determinadas. Isso é especialmente verdadeiro quando se busca atrair novos empreendimentos de maior porte, na medida em que outros governos estaduais quase certamente estarão dispostos a conceder benefícios equivalentes sem impor nenhuma condicionalidade.

É importante, tendo em vista essas circunstâncias, buscar junto ao Governo Federal medidas compensatórias de estímulo à reconversão de tais regiões, facilitando a atração de novas empresas que diversifiquem a economia local e promovam a interiorização do crescimento no Estado. O argumento deve basear-se nos efeitos negativos que os estágios iniciais da integração têm tido sobre tais regiões.

O RECONVERSUL, programa do BNDES na área creditícia, voltado para a Metade Sul, constitui-se em uma primeira iniciativa nessa direção. No entanto, o Sul não é a única parte do território gaúcho cuja economia foi negativamente afetada pelo MERCOSUL e que, portanto, pode postular medidas compensatórias.

É importante destacar que podem ser reivindicados incentivos federais também na área fiscal, na forma de reduções de tributos incidentes sobre o investimento. Desde que não caracterizem uma situação de guerra fiscal, as medidas calcadas na concessão de incentivos para regiões menos desenvolvidas, longe de serem antiquadas ou ultrapassadas, continuam a ser um dos principais instrumentos de política regional, sendo utilizadas pela maior parte dos países desenvolvidos, como evidencia um relatório recente da OECD⁴⁷:

"In the period under review, regional policies continued to address disparities among regions. Public support to manufacturing industries under the policy objective of regional development remained a cornerstone of regional policy spending (...) Almost 80 per cent of total expenditure is divided between grants and tax concessions." (grifo nosso)

Outro exemplo claro da atualidade desse instrumento de política é o fato de que aquela que é, provavelmente, a mais importante iniciativa de desenvolvimento regional da atualidade

⁴⁷ Ver OECD (1996), pp. 31-33.

- o esforço no sentido da modernização da economia da antiga Alemanha Oriental - apoia-se em um pacote de medidas onde figura, de forma proeminente a concessão de incentivos fiscais federais abrangentes⁴⁸ para os investimentos industriais na região⁴⁹.

6.2 INCREMENTAR A COMPETITIVIDADE SISTÊMICA DAS REGIÕES DO INTERIOR DO ESTADO ⁵⁰

A competitividade regional é definida por **Maskell e Malmberg** como:

"... the capability of the region to attract and maintain firms with stable or increasing market shares in an activity, while maintaining stable or increasing standards of living for those who participate in it. This capability is based on the resources available in the region, the physical structures established in the region through time, and in the region's specific institutional endowment."⁵¹

Tendo-se em vista o caráter sistêmico dos determinantes da competitividade regional arrolados nessa definição, torna-se importante analisar de forma mais detida o conceito de "competitividade sistêmica". Em um estudo recente, **Altenburg, Hillebrand e Meyer-Stammer** destacam que:

"The concept of systemic competitiveness tries to capture both the political and the economic determinants of successful industrial development. It refers to a pattern where state and societal actors are deliberately creating the conditions for successful industrial development as systemic competitiveness."⁵²

Esses autores distinguem quatro diferentes níveis onde se determina a competitividade sistêmica:

⁴⁸ Ou seja, não direcionados para ramos ou gêneros específicos.

⁴⁹ Informações detalhadas sobre esses incentivos podem ser encontradas nas duas publicações do *Bundesministerium für Wirtschaft* constantes da bibliografia.

⁵⁰ A parte inicial desta seção, que trata dos conceitos de "competitividade regional" e "competitividade sistêmica" reproduz material já utilizado nos textos *Aglomeração e Competitividade Sistêmica*, publicado como anexo em um dos volumes da série RS-2010, e *Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional*, a ser publicado pelo IPEA. Preferiu-se reproduzi-lo aqui para conveniência dos leitores que, eventualmente, possam ter dificuldade em obter acesso a esse material.

⁵¹ "... a capacidade da região para atrair e manter empresas com parcelas de mercado estáveis ou crescentes, ao mesmo tempo que mantém níveis estáveis ou crescentes de qualidade de vida para a sua população. Esta capacidade está baseada nos recursos disponíveis na região, nas estruturas físicas instaladas na região ao longo do tempo e em sua dotação institucional específica." - **MASKELL e MALMBERG (1995) - Localised Learning and Industrial Competitiveness**, artigo apresentado na Conferência da Associação Européia de Estudos Regionais, realizada em Gotemburgo entre 6 e 9 de Maio de 1995.

⁵² "O conceito de competitividade sistêmica tenta capturar tanto os determinantes políticos quanto os econômicos do desenvolvimento industrial bem sucedido. Refere-se a um padrão no qual o estado e os atores sociais estão deliberadamente criando as condições para o desenvolvimento industrial, na forma da competitividade sistêmica". **ALTENBURG, HILLEBRAND e MEYER-STAMMER (1997) - "Policies for Building Systemic Competitiveness: Conceptual Framework and Case Studies of Korea, Brazil, Mexico and Thailand"**, p. 1.

"The micro-level of the firm and inter-firm networks, the meso-level of specific policies and institutions, the macro-level of generic economic conditions and the meta-level of slow variables like socio-cultural structures the basic order and orientation of the economy, and the capacity of societal actors to formulate visions and strategies."⁵³

Como elementos fundamentais do nível *micro* estão os determinantes internos - tecnológicos e organizacionais - da capacidade competitiva das firmas, junto com as externalidades criadas pela formação de redes de empresas. No nível *meso*, cabe destacar as políticas e instituições dedicadas, de forma específica, à criação de vantagens competitivas. Este é o campo por excelência para as iniciativas regionais e locais que tenham como objetivo reforçar a competitividade, através da dotação de infra-estrutura, das iniciativas voltadas para a qualificação e treinamento de mão de obra, para a geração e difusão de tecnologia, por exemplo.

No nível *macro*, os condicionantes da competitividade sistêmica são a estabilidade e a previsibilidade das condições macroeconômicas. Já no nível *meta*, o determinante fundamental é o consenso básico em torno da necessidade e da desejabilidade do desenvolvimento industrial e da integração competitiva ao mercado internacional. Não havendo consenso entre os atores sociais e políticos quanto a este ponto, as políticas adotadas nos níveis *macro* e *meso* tenderão a ser erráticas, e as empresas tenderão a adotar uma postura defensiva para proteger-se e reagir rapidamente às mudanças de regras. É neste nível (*meta*) que mais se destaca a importância das características culturais e dos mecanismos sociais e políticos que possam contribuir para fortalecer a capacidade de uma sociedade para a formação de consensos.

É importante destacar que muitos desses determinantes da competitividade sistêmica são definidos em escala regional ou local, especialmente nos níveis *micro* e *meso*. Tendem a ser importantes, por exemplo, as diferenças regionais quanto ao nível de qualificação da força de trabalho, que se constitui em um fator fundamental para viabilizar a criação de vantagens competitivas internas pelas empresas, seja através da utilização de tecnologias mais atualizadas, seja pela adoção de procedimentos organizacionais que aumentem a sua eficiência produtiva.

Também têm caráter regional ou local os fatores culturais que favorecem a cooperação entre empresas e facilitam a formação dos consensos referentes ao nível *meta*. Esses fatores corporificam a dotação de *capital social* de cada região, ou seja, o conjunto de "características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas"⁵⁴.

Pertencem a esse âmbito, finalmente, as políticas seguidas pelas autoridades estaduais

⁵³ "O nível micro, das empresas e das redes de empresas, o nível meso das instituições e políticas específicas, o nível macro, das condições econômicas genéricas, e o nível meta, das variáveis lentas, como as estruturas sócio-culturais, a ordem e a orientação básicas da economia e a capacidade dos atores sociais para formular visões e estratégias". ALTENBURG, HILLEBRAND e MEYER-STAMMER (1997), p. 1.

⁵⁴ Ver PUTNAM (1996) - "Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna", pag. 177.

e municipais em áreas como as de infra-estrutura, educação e tecnologia, entre outras, as quais são diretamente relevantes para a criação e manutenção de vantagens competitivas por parte das empresas localizadas nos territórios sob sua jurisdição administrativa.

Para que sejam plenamente eficazes, as políticas setoriais que servem de apoio à competitividade devem integrar-se e articular-se em torno de um enfoque explicitamente territorial. Isso é ainda mais evidente em áreas como a da infra-estrutura, onde se coloca com maior clareza a necessidade de formular políticas voltadas, por um lado, para maximizar o aproveitamento dos efeitos positivos das economias externas ligadas à aglomeração espacial das atividades econômicas e, por outro, para prevenir os efeitos negativos das deseconomias associadas aos níveis excessivos de concentração.

O acirramento da concorrência, decorrente da abertura da economia brasileira ao processo de globalização e, também, da própria integração no contexto do MERCOSUL, torna cada vez mais importante a atenção para com os determinantes sistêmicos da competitividade regional.

Contribuem de forma decisiva para a determinação dessa competitividade a dotação de recursos naturais e a acumulação histórica de ativos físicos, sociais e culturais - como a concentração de conhecimentos sobre a organização de processos de produção e de comercialização, ou a consolidação de características culturais que fortaleçam a capacidade empresarial e aumentem a vocação para a cooperação - que fazem com que algumas regiões mostrem-se melhor capacitadas para servir de base territorial para a criação de valores, exercendo atração sobre empreendedores de outras áreas e, como resultado, alcancem taxas mais elevadas de crescimento econômico.⁵⁵

A literatura recente tem destacado a importância dos fatores de natureza regional ou local, em contraposição aos de abrangência nacional, para a obtenção de vantagens competitivas. Na verdade, como registra MILLÁN:

"As regiões constituem (...) a plataforma ou base doméstica onde é construída a vantagem competitiva, e embora as empresas sejam as depositárias dessas vantagens, elas só se tornam possíveis na medida em que exista um entorno igualmente competitivo, propício e pró-ativo para sua construção e manutenção"⁵⁶.

As ações voltadas para fortalecimento da competitividade sistêmica devem ser, necessariamente, o ingrediente central das políticas públicas de promoção do desenvolvimento regional. Só a criação e o fortalecimento da competitividade sistêmica, em bases genuínas, pode

⁵⁵ Alguns destes pontos são destacados na definição de competitividade nacional apresentada na versão eletrônica do *World Competitiveness Yearbook - 1997*, do International Institute for Management Development, de Lausanne, Suíça, acessada em 8/03/97, no site <http://imd.ch/wcy/approach/competitiveness.html>.

⁵⁶ MILLÁN (1994) - "Competitividad Internacional de Regiones", p. 60.

permitir a consolidação de processos de desenvolvimento regional desencadeados por políticas calcadas na concessão de incentivos diferenciados. Sem isso, a sobrevivência das atividades implantadas nas áreas carentes passa a depender, de forma permanente, da manutenção dos incentivos, causando uma continuada sangria de recursos públicos.

A administração pública deve sempre ter em vista compatibilizar as ações voltadas para aumentar a competitividade das regiões com a manutenção da sustentabilidade e com o aumento da equidade. Devem ser evitados procedimentos que elevem a competitividade de alguns segmentos específicos às custas da deterioração das condições do meio ambiente e do aviltamento da força de trabalho. Mesmo que possam ser eficientes no curto prazo, tais práticas tendem a não sustentar a competitividade dessas atividades por um período muito longo, apresentando evidentes conseqüências nocivas do ponto-de-vista do conjunto da sociedade⁵⁷.

6.2.1 Linhas de ação propostas

As ações governamentais de estímulo ao desenvolvimento regional devem atuar, fundamentalmente, sobre os vários determinantes da competitividade sistêmica da região⁵⁸, nos termos da definição apresentada na seção anterior. Além disso, as autoridades públicas devem proteger as atividades econômicas locais contra práticas desleais de concorrência e promover ações de marketing para atrair investidores para as regiões.

Ações relacionadas com a dotação de recursos naturais

Inserem-se nesta categoria as ações de apoio à identificação de potencialidades ligadas à dotação específica de recursos de cada região - as "vocações regionais" - e programas de racionalização do uso de recursos naturais. Um exemplo concreto seriam programas voltados para a conservação de solos, para evitar a queda da produtividade agrícola.

Ações relacionadas com a dotação de ativos físicos, sociais e culturais

O exemplo mais evidente, neste caso, é constituído pelos investimentos no melhoramento da infra-estrutura. Quanto aos ativos sociais e culturais, deve-se destacar todas as atividades relacionadas com a formação de recursos humanos, tanto no sentido da educação básica, em termos amplos, como no que se refere mais especificamente à qualificação da força de trabalho⁵⁹.

⁵⁷ Ver a discussão sobre "Roads to Competitiveness" em OECD (1995 II). O autor denomina de "low road" a estratégia baseada apenas no rebaixamento de custos, especialmente custos de mão-de-obra, e de "high road" a estratégia que se apóia no uso mais eficiente de recursos, no investimento em processos, inovação tecnológica e qualificação da força de trabalho.

⁵⁸ MILLAN (1994) apresenta, nas páginas 62 e 63, um quadro abrangente e bem mais completo das políticas e instrumentos que podem ser utilizados para fortalecer a posição competitiva de uma região.

⁵⁹ Quanto a este último aspecto, ver o documento e as análises de casos que podem ser encontrados no site <http://www.edc.org/CWD>. Trata-se de um estudo encomendado pela USAID ao Center for Workforce Development, ligado à Education Development Center, Inc., de Massachussets.

Um aspecto especialmente importante da formação de recursos humanos refere-se à formação de empreendedores. Devem ser concebidos programas específicos com este objetivo, em cooperação com as organizações empresariais e as instituições de ensino superior da região, para suprir as deficiências de capacidade empresarial reconhecidamente existentes em algumas partes do Estado⁶⁰. Essas deficiências fazem com que algumas regiões mostrem pouca vocação para o desenvolvimento endógeno, devido à pouca aptidão que os atores econômicos locais mostram para identificar e aproveitar novas oportunidades de negócios existentes na área.

Devem ser destacadas, também, nesta relação, as ações que têm como objetivo favorecer o acesso e a difusão de conhecimentos sobre a organização de processos específicos de produção e de comercialização.

A obtenção de vantagens competitivas consistentes, em todos os tipos de atividade econômica, tenderá a depender cada vez mais da agilidade na incorporação de conhecimentos ao processo produtivo. Assim, torna-se crucial para um desenvolvimento regional mais equilibrado a implantação de uma infra-estrutura de comunicações, capaz de assegurar, em todas as regiões do Estado, o acesso à informação em bases compatíveis com os melhores padrões internacionais. É importante fortalecer, também, a infra-estrutura institucional encarregada de promover a difusão de conhecimentos. Nas regiões, essa infra-estrutura é constituída, basicamente, pelas Universidades, pelas escolas técnicas, pelas instituições ligadas à formação profissional, como o SENAI e SENAC, e pelos órgãos públicos de pesquisa e extensão rural.

Destaca-se, nesse contexto, a importância de algumas iniciativas recentes, como as Tecnópoles, Centros Tecnológicos e os Pólos de Modernização Tecnológica. Estes últimos foram implantados em cooperação com as Universidades das regiões e estão diretamente ligados aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

O estímulo à acumulação de capital social - ponto discutido mais adiante, na seção 6.3. - também se inclui nesta categoria.

Ações de proteção contra dumping e guerra fiscal

Além de atuar sobre os determinantes básicos da competitividade regional, a administração pública estadual deve agir no sentido de proteger as atividades econômicas existentes nas regiões contra práticas desleais de concorrência por parte de outros países ou Estados, como o dumping e a guerra fiscal. Em muitos casos, essas práticas acabam por exigir medidas que levem a uma equalização de tratamento com os concorrentes externos, através da concessão de incentivos setoriais diferenciados, os quais acabam por ter reflexos significativos sobre as finanças públicas estaduais.

⁶⁰ O relato de uma experiência desse tipo pode ser encontrado em OECD (1996 II).

Ações de marketing regional

Além de atuar sobre os determinantes básicos da competitividade regional, a administração pública estadual deve promover ações de marketing⁶¹ com o objetivo de divulgar as potencialidades das regiões e atrair empreendedores capazes de aproveitar oportunidades de investimento específicas cuja exploração se situe fora do alcance dos atores locais.

Nesse sentido, a administração pública deve adotar uma atitude pró-ativa na atração de empreendedores capazes de potencializar o desenvolvimento das regiões. Isso, nas palavras de Boisier:

"(...) supone el paso desde una cultura tradicional y conservadora en relación a la recepción de capital (la cultura del trampero) a una cultura contemporânea y agresiva de búsqueda de capital (la cultura del cazador)."⁶²

6.3 ESTIMULAR O ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE NA FORMULAÇÃO E NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES RELEVANTES PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL⁶³

A participação da comunidade organizada, tanto na etapa de formulação quanto na de implementação, contribui de forma efetiva para aumentar a eficácia dos programas e ações voltados para a promoção do desenvolvimento regional.

O engajamento da comunidade permite que a formulação das iniciativas governamentais baseie-se em um volume maior de informações qualitativas primárias. Além disso, cria um sentimento de co-responsabilidade pelas iniciativas, fazendo com que sejam melhor aceitas pelos segmentos da sociedade que são objeto da ação governamental.

Com a participação, as políticas públicas também ganham em sustentabilidade, pois os mesmos segmentos da sociedade que ajudaram a formulá-las encarregam-se de proporcionar respaldo político para a sua preservação contra cortes de recursos ou mudanças radicais de rumo, ou ainda contra o simples abandono quando ocorrem mudanças de governo.

Não é por acaso que instituições internacionais, como o Banco Mundial, têm passado a recomendar com ênfase a participação da comunidade na formulação dos programas que recebem seu financiamento. Como afirma o Presidente do Banco, James D. Wolfensohn, na apresentação do *World Bank Participatory Sourcebook*⁶⁴ :

⁶¹ Ver KOTLER, HAIDER e REIN (1994).

⁶² Ver BOISIER (1997), p. 9.

⁶³ Os argumentos aqui arrolados em favor da participação foram desenvolvidos com maior amplitude no texto *Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional*, a ser publicado pelo IPEA.

⁶⁴ *World Bank Participatory Sourcebook*, disponível na Internet no site <http://www.worldbank.org/html/edi/sourcebook/sbhome.html>

"I personally believe in the relevance of participatory approaches and partnerships in development and am committed to making them a way of doing business in the Bank."⁶⁵

Na medida em que permite gerar consensos entre os atores sociais relevantes, o envolvimento dos diferentes segmentos da comunidade na promoção do desenvolvimento também é funcional para o aumento da competitividade de uma região. Assim, entre as características de uma "região inteligente" está:

"Una articulación social adecuada, es decir, la integración, identidad y el compromiso convergente de los actores básicos del desarrollo regional, en función de los objetivos posibles de realizar y expresados en un planteamiento coherente de estrategia de desarrollo regional, sin importar que se encuentre o no escrita en un Plan-libro"⁶⁶.

O Rio Grande do Sul já possui, com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, uma estrutura institucional voltada para promover cooperação entre a comunidade e o setor público em ações relacionadas com o desenvolvimento regional.

São raros os casos de países ou estados onde existe um conjunto semelhante de organizações dedicadas especificamente a aglutinar as forças da comunidade em torno da promoção do desenvolvimento regional, dentro de uma filosofia de cooperação com a administração pública e de busca de consensos entre os vários segmentos da sociedade.

Deve-se registrar, no entanto, que a experiência dos Conselhos Regionais ainda é frágil e incipiente. Ao contrário do que ocorre na escala municipal, não existem modelos consolidados de articulação abrangente da comunidade ao planejamento do setor público em escala geográfica mais ampla. Além disso, pode-se observar que as características sócio-culturais de algumas regiões tornam mais difícil o enraizamento de iniciativas desse tipo.

Esses obstáculos, no entanto, devem ser superados, pois análises recentes, como o estudo de Putnam sobre a experiência das administrações regionais da Itália⁶⁷, destacam a importância crucial da participação, da vitalidade das organizações comunitárias, das tradições cívicas e da formação de "capital social" para a promoção do desenvolvimento regional. Por "capital social" entende-se o conjunto de "características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas"⁶⁸. Como afirma James S. Coleman:

"Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos

⁶⁵ Ver *World Bank Participatory Sourcebook*, "Foreword".

⁶⁶ MILLÁN (1994) - "Competitividad Internacional de Regiones", p. 38.

⁶⁷ Ver PUTNAM (1996).

⁶⁸ Ver PUTNAM (1996), p. 177.

membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e de confiança (...).⁶⁹

A prática da participação, inegavelmente, favorece a acumulação de capital social, na medida em que reforça a confiança mútua entre a administração pública e os vários segmentos da comunidade, habituando, também, os diferentes atores sociais a cooperar na discussão de temas de interesse comum.

As atuação governamental deve ser, portanto, pautada pela preocupação no sentido de estimular a participação da comunidade nas ações de interesse público. O nível de participação - informativo, consultivo, de deliberação conjunta ou de ação conjunta - deverá ser ajustado às características e possibilidades de cada situação concreta. Com isso, além de promover a acumulação de capital social, o governo estará ajudando a comunidade a capacitar-se⁷⁰ para apoiar a execução de tarefas e ações que a administração pública tem se tornado cada vez menos capaz de executar com eficiência e suficiência.

6.3.1 Linha de ação proposta

Assegurar e ampliar a participação da comunidade nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento regional

Manter e ampliar, de forma progressiva, os canais que permitem à comunidade das diferentes regiões acompanhar, influenciar e fiscalizar as ações da administração pública estadual que são relevantes para a promoção do desenvolvimento regional.

Através da prática da participação, será estimulado o fortalecimento do espírito comunitário, propiciando a acumulação de capital social e fazendo com que sejam identificadas e exploradas as convergências de interesses quanto às ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento.

6.4 ORDENAR O CRESCIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA E DE OUTRAS CONCENTRAÇÕES URBANO-INDUSTRIAIS DO ESTADO, PARA ASSEGURAR A PRESERVAÇÃO DA COMPETITIVIDADE SISTÊMICA

A continuidade do padrão territorialmente concentrado de crescimento econômico no Estado poderá ter efeitos negativos sobre a competitividade sistêmica de partes da Região

⁶⁹ Coleman, J., *apud* PUTNAM (1996), p. 177.

⁷⁰ Deve-se trabalhar, nesse contexto, com a noção de "empowerment", que, segundo o "The Guide For Effective Participation", patrocinado pelo Communities Online Forum, da Inglaterra, disponível na Internet, em 22/02/1997, no site <http://www.btwebworld.com/communities/newsite/guide/main1.htm>, consiste em um estilo de trabalho que tem como meta ajudar as comunidades a atingirem seus próprios objetivos, através do aumento da sua capacitação e da sua autoconfiança.

Nordeste - em especial da RMPA - levando a uma situação em que a influência negativa das deseconomias externas devidas à aglomeração excessiva seja superior aos benefícios derivados da concentração espacial da atividade econômica.

Essa situação já se encontra plenamente caracterizada em São Paulo. Depois de atrair, por muitas décadas, uma parcela substancial do crescimento do parque manufatureiro do país, com destaque no que se refere aos segmentos mais dinâmicos⁷¹, a metrópole paulista progressivamente deixou de ser uma localização atrativa para novos empreendimentos. A expansão industrial dirigiu-se para o interior do Estado e para algumas áreas metropolitanas de outras Unidades da Federação. Os próprios mecanismos de mercado encarregaram-se, em grande parte, de promover esse processo de desconcentração.

Os custos sociais dessa correção pelo mercado têm sido elevados. Ficou para trás uma herança de extremo congestionamento, de aguda degradação ambiental - vide o problema da poluição atmosférica - e de severa redução na qualidade de vida. Além disso, as taxas de desemprego paulistanas estão entre as mais elevadas dentre as das principais regiões metropolitanas do país. Como mostra uma reportagem da revista *VEJA*, cresce o número de pessoas que abandonam a capital paulista em busca de melhores condições de vida, mesmo que isso implique em eventuais reduções no nível de renda.⁷²

Da mesma forma que ocorreu em São Paulo, o crescimento desordenado da Região Metropolitana de Porto Alegre e de outras áreas mais densamente industrializadas do interior poderá ter reflexos negativos, em um prazo mais longo, sobre a competitividade das empresas localizadas na região.

A concentração de grandes investimentos nessas áreas - como a duplicação do Pólo Petroquímico e a implantação das unidades da General Motors e da Ford - torna o risco mais presente, exigindo uma ação preventiva rápida e decidida para minimizar os problemas que venham a ser causados pelo crescimento, evitando o surgimento de graves deseconomias de aglomeração.

6.4.1 Linhas de ação propostas

Conscientizar os atores políticos, sociais e econômicos para a necessidade de organizar o crescimento das áreas mais densamente ocupadas

Não parece existir uma percepção clara, na atualidade, sobre a intensidade dos riscos implícitos na continuidade da concentração exagerada do crescimento econômico na Região Metropolitana e no Eixo Porto Alegre - Caxias do Sul. Deve-se, portanto, agir no sentido de

⁷¹ Segundo NEGRI (1988), em 1970 a Região Metropolitana de São Paulo era responsável por 43,5% do Valor da Transformação Industrial da Indústria de Transformação brasileira.

⁷² Revista *VEJA*, "A Boa Vida no Interior: Em Busca de Tranquilidade, 41% dos Brasileiros Querem Distância das Metrôpoles", Ano 31, No 10, 11/03/98, pp. 70-76.

conscientizar os principais atores políticos, sociais e econômicos dessas regiões mais densamente ocupadas sobre a necessidade de organizar e planejar o seu crescimento, para preservar e melhorar a qualidade de vida, prevenir o surgimento de deseconomias externas e evitar que se deteriore a competitividade das empresas localizadas na região no longo prazo.

Reforçar a atuação dos órgãos estaduais e municipais relacionados com ações de planejamento urbano e metropolitano

Nas últimas duas décadas, em um contexto caracterizado pela generalizada desvalorização das ações de planejamento, houve uma progressiva desarticulação dos órgãos ligados às atividades de ordenamento territorial no Estado. Essas instituições passaram por freqüentes mudanças de estrutura organizacional, de atribuições e de orientação operacional, perdendo grande parte de seus quadros técnicos mais qualificados.

A prevenção do crescimento desordenado e do surgimento de deseconomias de aglomeração exige o fortalecimento dessas organizações e uma melhor articulação institucional entre as diferentes instâncias relevantes do governo, bem como entre essas instâncias, a iniciativa privada e as organizações que compõem a sociedade civil.

A conscientização e o envolvimento amplo de todos os atores sociais e políticos relevantes é fundamental. As ações preventivas de ordenamento territorial, voltadas para o longo prazo, só terão possibilidade de ser implementadas com sucesso se esses atores estiverem convencidos da sua efetiva necessidade e prioridade, garantindo-lhes a indispensável sustentação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- *"Advanced Communications for Cohesion and Regional Development: Final Report"*, Projeto ACCORDE, do DGBXIII/B, da União Européia, 1995, disponível na Internet através do site <http://netra.felk.cvut.cz/>
- WISE / globals / ecinfo / journals / reports / proj_reports / telework / accorde / download.html
- ALONSO, BENETTI e BANDEIRA (1994) - "Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: Causas e Perspectivas", Porto Alegre, FEE;
- ALONSO, José Antônio F. e BANDEIRA, Pedro S. (1988) - "A Desindustrialização de Porto Alegre: Causas e Perspectivas", in Ensaio FEE, 9 (1);
- ALONSO, José Antônio F. e BANDEIRA, Pedro S. (1990) - "Crescimento Regional no Rio Grande do Sul nos Anos Oitenta", in ALMEIDA, Pedro F. Cunha de (coord.) - "A Economia Gaúcha e os Anos 80: Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira", Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, Vol. 1;
- ALTENBURG, HILLEBRAND e MEYER-STAMER (1997) - "Policies for Building Systemic Competitiveness: Conceptual Framework and Case Studies of Korea, Brazil, Mexico and Thailand", Berlim, German Development Institute. (Paper apresentado no Seminário da UNIDO sobre New Trends and Challenges in Industrial Policy, realizado em Viena em 16 e 17 de Outubro de 1997);
- AZZONI, Carlos Roberto (1986) - "Indústria e Reversão da Polarização no Brasil", São Paulo, IPE/USP;
- BANDEIRA, Pedro S. (1990) - "Crescimento Regional no Rio Grande do Sul: Aspectos Econômicos e Demográficos", (não publicado);
- BANDEIRA, Pedro S. (1995) - "A Região Sul, o Mercosul e a Federação Brasileira", in Revista Paranaense de Desenvolvimento, nº 84, Curitiba, IPARDES;
- BARRIOS PINTOS, Anibal (1973) - "Historia de la Ganadería en Uruguay", Montevideo, Biblioteca Nacional;
- BECKER, Klaus (1958) - "A Imigração no Sul do Estado de 1844 a 1852", in Enciclopédia Rio-Grandense, Canoas, Ed. Regional, Vol. 5 - "Imigração";
- BESCHOREN, Maximiliano (1989) - "Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul", Porto Alegre, Martins Livreiro Editor;
- BOISIER, Sergio (1997) - "El Vuelo de Una Cometa: Una Metáfora Para Una Teoría del desarrollo Territorial", ILPES/CEPAL, Documento 97/37, Serie Ensayos;
- BORGES FORTES, Amyr e WAGNER, João B. (1963) - "História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul", Porto Alegre, Ed. do Globo;
- BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFT (1997-I) - "Economic Incentives in Germany's New Federal States: an Overview", disponível na Internet através do site http://www.bmwi.de/english/en_infomaterial.html;
- BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFT (1997-II) - "Major Investment Incentives in Germany", disponível na Internet através do site http://www.bmwi.de/english/en_infomaterial.html;
- CAGGIANI, Ivo (1991) - "100 Anos de Comércio: Santana do Livramento 1991", Santana do Livramento, Edigraf;
- CANO, Wilson (1983) - "Raízes da Concentração Industrial em São Paulo", São Paulo, T. A. Queiroz, Editor;
- CANO, Wilson (1985) - "Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970", São Paulo, Global Editora;

- CARDOSO, Fernando Henrique (1977) - "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul", Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra;
- CASTRO, Antônio Barros de (1971) - "Sete Ensaio Sobre a Economia Brasileira", Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária;
- CÉSAR, Guilhemino (1978) - "O Conde de Piratini e a Estância da Música", Porto Alegre, IEL/DAC/SEC;
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (1995) - "Políticas Estaduais de Apoio à Indústria", Rio de Janeiro, CNI;
- CONVÊNIO MIC/SIC/CEDIC (1986) - "Projeto Eixos Industriais do Interior do Estado do Rio Grande do Sul - Relatório Consolidado do Setor Industrial", Porto Alegre, (não publicado);
- COSTA, José Marcelino M. da (1994) - "Incentivos Fiscales y Desarrollo Regional: La Experiencia Internacional", ILPES/CEPAL, Documento 94/10, Serie Investigación;
- COSTA Filho, A. H. (1996) - "Globalização e Políticas Regionais Nacionais na América Latina: Alguns Pontos para Debate", Brasília, IPEA-ILPES/CEPAL;
- COUTINHO e FERRAZ (coords.) (1994) - "Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira", Campinas, Ed. da Unicamp;
- DINIZ, Clélio Campolina (1991) - "Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem Desconcentração Nem Contínua Polarização", (mimeo);
- DINIZ, Clélio Campolina (1995) - "A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e Suas Perspectivas", IPEA, Texto Para Discussão Nº. 375;
- GARDOLINSKI, Edmundo (1958) - "Imigração e Colonização Polonesa", in "Enciclopédia Rio-Grandense", Canoas, Ed. Regional, Vol. 5 - "Imigração";
- GUIMARÃES NETO, Leonardo (1995) - "Dinâmica Recente das Economias Regionais Brasileiras", Curitiba, IPARDES-ILPES/CEPAL;
- KOTLER, HAIDER e REIN (1994) - "Marketing Público: Como Atrair Investimentos, Empresas e Turismo para Cidades, Regiões, Estados e Países", São Paulo, Makron Books;
- LAGEMANN, Eugênio (1978) - "A Industrialização no Rio Grande do Sul: Um Estudo Histórico", Porto Alegre, IEPE-FCE-UFRGS, Projeto "Pequena e Média Empresas no Rio Grande do Sul", Relatório de Pesquisa No. 4;
- LAGEMANN, Eugênio (1985) - "O Banco Pelotense & e o Sistema Financeiro Regional", Porto Alegre, Mercado Aberto;
- MANZAGOL, Claude (1985) - "Lógica do Espaço Industrial", São Paulo, DIFEL;
- MASKELL e MALMBERG (1995) - "Localised Learning and Industrial Competitiveness", artigo apresentado na Conferência da Associação Européia de Estudos Regionais, realizada em Gotemburgo entre 6 e 9 de Maio de 1995.
- MILLÁN CONSTAÍN, Felipe (1994) - "Competitividad Internacional de Regiones", Santiago do Chile, ILPES/CEPAL, Documento 94/22, Série Ensaio;
- NEGRI, Barjas (1988) - "As Políticas de Descentralização Industrial e o Processo de Interiorização em São Paulo", in TARTAGLIA e OLIVEIRA (1988) "Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo", São Paulo, UNESP;
- OECD (1995-I) - "Local Economies and Globalization", Paris;
- OECD (1995-II) - "Territorial Development and Human Capital in the Knowledge Economy: Towards a Policy Framework", Paris;
- OECD (1996-I) - "Public Support to Industry - Report by the Industry Committee to the Council at Ministerial Level", Paris, OCDE/GD/(96)82;

- OECD (1996-II) - "The Implementation of an Entrepreneurship Development Strategy for Canada: The Case of the Atlantic Region", Paris, OCDE/GD(96)176;
- OECD (1996-III) - "OECD Workshop on Information Infrastructure and Territorial Development", Paris, OCDE/GD(96)92;
- PESAVENTO, Sandra J. (1985) - "História da Indústria Sul-Rio-Grandense", Guaíba, Riocell;
- PESAVENTO, Sandra J. (1991) - "Os Industriais da República", Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro;
- PORTER, Michael (1993) - "A Vantagem Competitiva das Nações", Rio de Janeiro, Ed. Campus;
- PUTNAM, Robert D. (1996) - "Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna", Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas;
- **"Rebuilding Eastern Germany: Opportunities and Risks for Germany and for Europe"**, Report by the Federal Government on the Status of Reconstruction Efforts in Germany's New States - Adopted by the Federal Cabinet on September 25, 1996, disponível na Internet através do site http://www.bmwi.de/english/en_infomaterial.html;
- ROCHE, Jean (1969) - "A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul", Porto Alegre, Ed. Globo;
- ROJAS, Claudio (1994) - "El Desarrollo y la Competitividad a Traves de la Articulación de los Actores Sociales: Una Reflexión para Concepción", Santiago do Chile, ILPES/CEPAL, Documento 94/08, Série Investigación;
- SANTOS, Jair, LEVY, Maria Stella F. e SZMRECSÁNYI, Tamás (1980) - "Dinâmica da População: Teoria, Métodos e Técnicas de Análise", São Paulo, T. A. Queiroz, Editor;
- SILVEIRA, Hemetério José Velloso da (1909) - "As Missões Orientais e Seus Antigos Domínios", Porto Alegre, Ed. Universal;
- SINGER, Paul (1974) - "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana", São Paulo, Cia. Ed. Nacional;

MAPA E TABELAS



Projeto RS-2010
Realizando o futuro

REGIÕES E SUB REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL

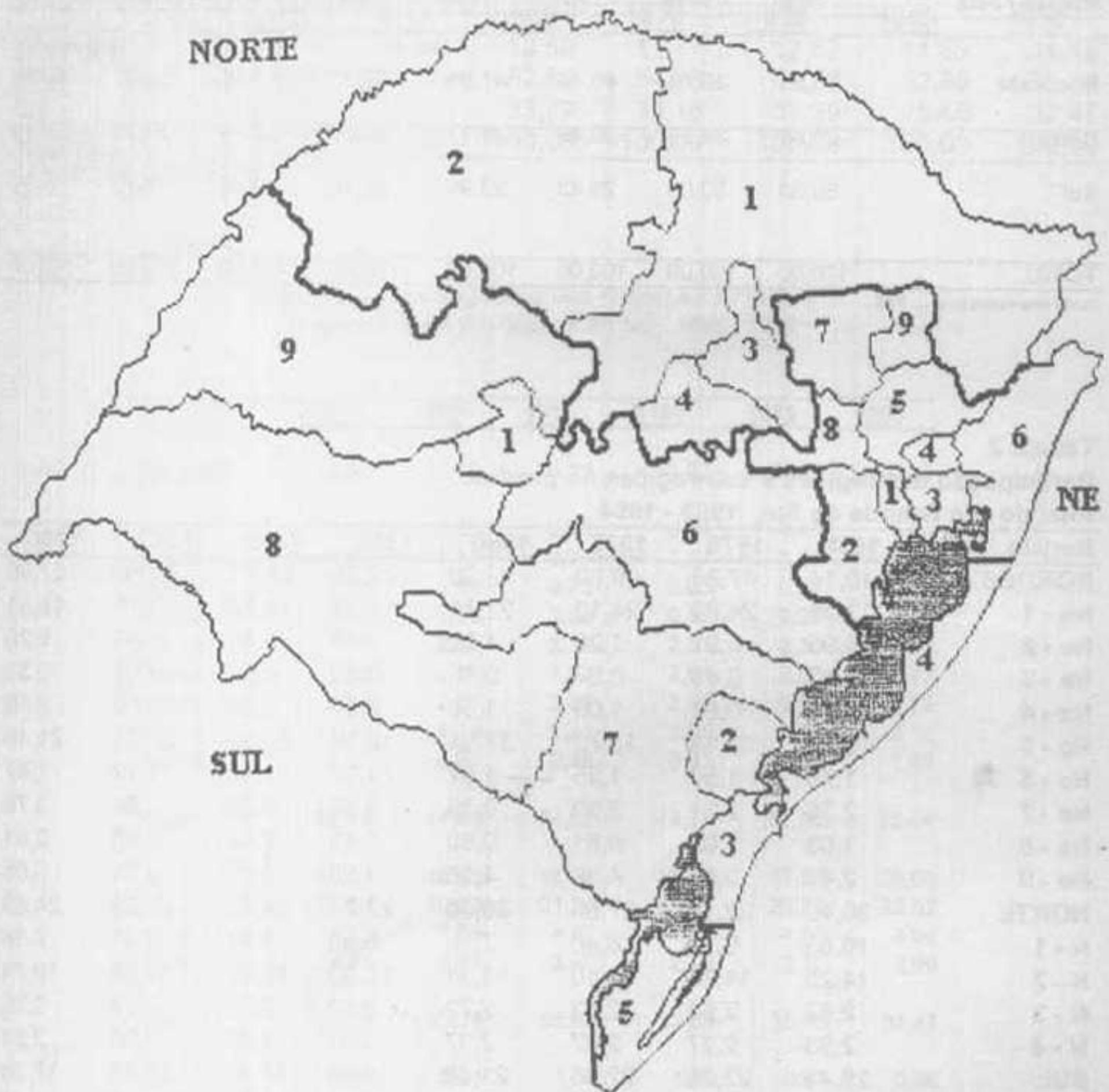


Tabela 1
Participação das regiões no produto
interno do Rio Grande do Sul, 1939 - 1994

Região / Ano	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1994
Nordeste	33,03	35,70	40,14	47,86	52,30	52,30	58,01	57,99
Norte	28,65	34,23	30,40	28,17	26,30	27,74	24,30	24,63
Sul	38,33	30,06	29,43	23,95	21,40	19,96	17,70	17,39
TOTAL	100,00							

Fonte dos dados brutos: FEE

Tabela 2
Participação das regiões e sub-regiões no produto
total do Rio Grande do Sul, 1959 - 1994

Região / Ano	1959	1970	1975	1980	1985	1990	1992	1994
NORDESTE	40,14	47,86	49,82	52,30	52,30	58,01	56,50	57,99
Ne - 1	22,36	24,80	24,13	21,71	17,37	19,79	19,18	19,81
Ne - 2	0,95	0,97	1,25	1,22	1,49	1,48	1,46	1,20
Ne - 3	0,42	0,66	0,87	0,50	0,52	0,60	0,61	0,53
Ne - 4	0,43	0,88	1,09	1,56	2,30	2,59	2,50	2,56
Ne - 5	8,35	12,14	13,73	17,94	19,16	20,94	20,28	21,48
Ne - 6	1,78	1,50	1,35	1,07	1,17	1,09	1,12	1,07
Ne - 7	2,36	2,31	2,39	3,33	3,32	3,85	3,84	3,78
Ne - 8	1,03	1,03	0,81	0,82	2,43	2,42	2,40	2,51
Ne - 9	2,47	3,59	4,19	4,15	4,55	5,25	5,12	5,05
NORTE	30,40	28,17	27,60	26,30	27,74	24,30	25,29	24,63
N - 1	10,55	9,10	8,40	7,90	8,56	7,97	8,47	7,58
N - 2	14,25	14,28	14,10	13,31	13,52	10,60	11,05	10,78
N - 3	2,67	2,54	2,63	2,72	2,63	2,73	2,78	3,36
N - 4	2,93	2,27	2,47	2,37	3,02	2,99	2,99	2,91
SUL	29,43	23,95	22,56	21,40	19,96	17,70	18,21	17,39
S - 1	2,02	1,77	1,66	1,80	1,78	1,60	1,58	1,64
S - 2	4,75	3,51	3,04	2,72	2,78	2,84	2,77	2,64
S - 3	3,68	2,09	2,30	2,97	1,89	2,36	2,31	2,13
S - 4	0,45	0,22	0,34	0,17	0,20	0,16	0,19	0,15
S - 5	0,35	0,60	0,58	0,50	0,44	0,46	0,52	0,35
S - 6	4,71	3,80	3,76	2,90	3,05	2,72	2,84	1,63
S - 7	3,09	2,42	2,39	1,80	1,83	1,21	1,30	1,12
S - 8	7,38	6,27	5,64	5,76	5,20	4,19	4,33	4,36
S - 9	3,01	3,28	2,87	2,76	2,78	2,16	2,37	3,37
TOTAL	100,00							

Fonte dos dados brutos: FEE

Tabela 3

Participação das regiões no produto interno do setor agropecuário do Rio Grande do Sul, 1939-1990

	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990
Nordeste	16,77	16,56	13,50	11,77	12,82	11,89	14,48
Norte	44,12	52,43	52,69	54,03	49,79	52,66	53,04
Sul	39,11	31,02	33,79	33,18	37,39	35,45	32,47
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: FEE

Tabela 4

Participação das Regiões e Sub-Regiões no Produto Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1959 - 1990

	1959	1970	1975	1980	1985	1990
Nordeste	13,50	11,77	10,10	12,82	11,89	14,48
Ne - 1	0,13	0,18	0,23	0,34	0,43	0,94
Ne - 2	1,34	1,11	0,98	1,17	1,30	0,97
Ne - 3	0,56	0,54	0,73	0,63	0,57	1,00
Ne - 4	0,37	0,55	0,30	0,33	0,25	0,29
Ne - 5	3,45	2,30	2,18	2,51	2,50	2,16
Ne - 6	2,68	2,15	1,87	2,04	2,00	1,72
Ne - 7	2,93	2,77	2,06	2,98	2,55	3,79
Ne - 8	1,04	1,38	1,26	2,00	1,56	2,12
Ne - 9	1,01	0,81	0,48	0,82	0,73	1,48
Norte	52,69	54,03	54,82	49,79	52,66	53,04
N - 1	16,15	16,06	15,94	16,58	17,35	20,00
N - 2	27,60	30,85	31,24	26,05	28,21	26,02
N - 3	4,12	3,89	4,22	4,45	4,00	4,04
N - 4	4,83	3,23	3,42	2,72	3,10	2,99
Sul	33,79	33,18	35,06	37,39	35,45	32,47
S - 1	1,10	0,81	1,06	1,10	0,91	0,96
S - 2	2,18	1,70	1,31	1,15	1,17	0,88
S - 3	1,23	0,54	0,65	0,70	0,69	0,76
S - 4	1,16	0,49	1,22	0,74	0,87	1,00
S - 5	0,69	1,34	2,24	1,66	1,46	2,28
S - 6	7,47	6,57	7,09	6,70	6,50	6,47
S - 7	6,01	5,12	5,61	6,62	6,10	3,93
S - 8	8,21	8,56	8,81	11,63	10,42	8,00
S - 9	5,74	8,06	7,09	7,11	7,32	8,21
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos Dados Brutos: FEE

Tabela 5

Participação das regiões no produto interno do setor industrial do Rio Grande do Sul, 1939-1990

	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990
Nordeste	47,57	51,15	55,06	70,20	70,37	72,17	72,12
Norte	17,85	21,53	19,29	16,28	15,47	15,44	15,50
Sul	34,57	27,33	25,63	13,50	14,16	12,38	12,38
TOTAL	100,00						

Fonte dos dados brutos: FEE

Tabela 6

Participação das Regiões e Sub-Regiões no Produto Industrial do Rio Grande do Sul, 1959 - 1990

	1959	1970	1975	1980	1985	1990
Nordeste	55,06	70,20	69,38	70,37	72,17	72,12
Ne - 1	26,30	25,88	20,87	18,87	12,45	12,44
Ne - 2	1,11	1,61	2,49	2,33	2,82	2,82
Ne - 3	0,09	0,18	0,26	0,32	0,37	0,37
Ne - 4	0,17	1,27	1,59	3,25	4,84	4,84
Ne - 5	17,90	29,44	30,41	31,49	31,95	31,95
Ne - 6	0,78	0,46	0,49	0,47	0,41	0,41
Ne - 7	3,17	3,79	4,17	6,34	6,35	6,29
Ne - 8	0,86	0,91	0,49	0,50	5,18	5,17
Ne - 9	4,70	6,67	8,61	6,80	7,81	7,81
Norte	19,29	16,28	16,89	15,47	15,44	15,50
N - 1	9,16	5,79	4,37	5,02	3,70	3,70
N - 2	5,37	5,89	6,77	3,76	4,13	4,61
N - 3	2,26	2,41	2,58	3,36	3,22	2,80
N - 4	2,50	2,20	3,17	3,33	4,39	4,39
Sul	25,63	13,50	13,71	14,16	12,38	12,38
S - 1	0,86	0,78	0,59	0,51	0,41	0,41
S - 2	5,69	3,68	3,30	3,16	3,18	3,18
S - 3	8,44	3,09	3,29	4,93	2,00	2,00
S - 4	0,07	0,02	0,02	0,00	0,01	0,01
S - 5	0,01	0,04	0,01	0,04	0,08	0,08
S - 6	3,12	2,09	2,38	2,13	2,36	2,36
S - 7	1,27	0,79	0,94	0,60	0,77	0,77
S - 8	5,22	2,39	2,61	2,17	2,74	2,74
S - 9	0,98	0,62	0,59	0,62	0,84	0,84
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos Dados Brutos: FEE

Tabela 7

Participação das regiões no produto interno do setor terciário do Rio Grande do Sul, 1959-1980

	1959	1970	1975	1980	1985	1990
Nordeste	48,79	52,80	54,06	51,68	50,38	57,40
Norte	22,66	22,79	23,47	26,74	28,95	24,34
Sul	28,53	24,39	22,46	21,59	20,67	18,26
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: FEE

Tabela 8

Participação das Regiões e Sub-Regiões no Produto do Setor Terciário do Rio Grande do Sul, 1959 - 1990

	1959	1970	1975	1980	1985	1990
Nordeste	48,79	52,80	54,06	51,68	50,38	57,40
Ne - 1	32,74	33,27	33,55	30,09	26,32	28,55
Ne - 2	0,69	0,69	0,78	0,48	0,57	0,68
Ne - 3	0,47	0,89	1,19	0,59	0,61	0,66
Ne - 4	0,56	0,87	1,13	0,77	1,08	1,54
Ne - 5	7,40	9,43	9,94	13,21	14,99	17,38
Ne - 6	1,68	1,63	1,57	1,19	1,46	1,42
Ne - 7	1,75	1,60	1,69	1,35	1,33	2,22
Ne - 8	1,09	0,95	0,81	0,68	0,68	0,63
Ne - 9	2,41	3,48	3,40	3,32	3,35	4,31
Norte	22,66	22,79	23,47	26,74	28,95	24,34
N - 1	8,09	7,78	7,74	7,29	9,38	8,38
N - 2	10,44	10,97	11,77	16,07	15,82	11,94
N - 3	2,06	2,10	2,12	1,77	1,77	1,96
N - 4	2,08	1,94	1,84	1,61	1,98	2,06
Sul	28,53	24,39	22,46	21,59	20,67	18,26
S - 1	2,95	2,47	2,35	2,91	3,06	2,54
S - 2	5,78	4,10	3,49	2,89	3,00	3,01
S - 3	3,20	2,28	2,39	2,31	2,19	2,93
S - 4	0,20	0,19	0,19	0,11	0,12	0,08
S - 5	0,30	0,54	0,29	0,47	0,39	0,34
S - 6	3,84	3,41	3,28	2,29	2,48	2,19
S - 7	2,21	2,04	1,98	1,17	1,26	0,95
S - 8	7,75	6,85	5,97	6,49	5,37	4,40
S - 9	2,31	2,53	2,52	2,94	2,79	1,81
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos Dados Brutos: FEE

Tabela 9

Participação das áreas de lavoura na área total dos estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul, por regiões e sub-regiões, 1959-1985

	1959	1970	1980	1985
NORDESTE	24,55	21,51	20,82	27,76
NE - 1	29,00	15,26	17,54	25,81
NE - 2	19,20	13,80	17,25	26,58
NE - 3	16,02	11,73	13,49	21,55
NE - 4	20,50	17,71	16,64	18,89
NE - 5	31,17	27,19	23,38	29,02
NE - 6	25,03	20,60	18,27	26,40
NE - 7	27,51	30,74	29,60	39,27
NE - 8	26,16	26,44	26,47	27,67
NE - 9	16,52	15,35	13,88	20,24
NORTE	28,50	38,35	48,21	49,86
N - 1	21,51	26,87	32,70	36,17
N - 2	33,42	49,73	65,42	65,46
N - 3	40,55	45,69	44,56	46,44
N - 4	37,72	37,36	39,59	41,64
SUL	8,82	9,92	16,22	18,34
S - 1	10,05	11,89	18,90	19,00
S - 2	23,48	25,23	31,85	36,47
S - 3	5,30	6,42	8,40	11,09
S - 4	12,56	6,00	10,60	16,09
S - 5	3,61	6,78	14,72	18,56
S - 6	17,66	16,39	23,69	25,17
S - 7	10,92	11,12	15,31	16,74
S - 8	4,39	4,08	9,02	11,65
S - 9	7,93	13,38	23,48	25,00
TOTAL RGS	17,13	20,91	27,78	30,27

Fonte dos dados brutos: IBGE

Tabela 10

**Participação das Classes de Capacidade de Uso dos Solos na Área
Total das Regiões e Sub-Regiões do Rio Grande do Sul**

	III	IVi	IVe	IVp/t	V	VIa	VIIm	VIpf	VIaf	VIt	VII	VIII	Lag.	Total
Nordeste	24,85	15,80	2,52	7,72	2,60	0,08	2,57	0,00	3,12	13,99	20,32	4,41	2,01	100,00
NE - 1	49,20	15,00	0,00	4,40	7,50	0,00	3,40	0,00	0,00	0,00	17,10	0,00	3,40	100,00
NE - 2	30,51	38,07	0,00	9,94	2,30	0,00	15,63	0,00	0,00	0,00	1,12	1,98	0,45	100,00
NE - 3	29,24	40,57	12,52	3,13	5,34	0,00	2,87	0,00	0,00	0,00	0,92	5,61	0,00	100,00
NE - 4	70,59	7,30	0,00	8,52	2,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2,30	9,00	0,00	0,00	100,00
NE - 5	33,02	5,16	0,00	9,76	2,68	0,00	0,00	0,00	1,08	16,67	31,62	0,00	0,00	100,00
NE - 6	9,35	18,99	6,95	0,28	3,80	0,36	0,00	0,00	3,98	11,34	21,08	16,15	7,84	100,00
NE - 7	0,16	0,00	0,00	15,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,31	42,12	0,00	0,00	100,00
NE - 8	59,23	12,72	0,00	8,68	2,50	0,00	0,00	0,00	0,00	6,47	9,73	0,00	0,68	100,00
NE - 9	4,18	0,00	0,00	11,80	0,00	0,00	0,00	0,00	25,36	28,31	30,34	0,00	0,00	100,00
Norte	44,72	0,34	0,00	15,12	0,00	0,00	0,00	2,08	12,25	10,87	14,36	0,19	0,07	100,00
N - 1	29,28	0,22	0,00	13,83	0,00	0,00	0,00	0,00	25,05	11,48	19,67	0,33	0,15	100,00
N - 2	64,39	0,13	0,00	17,71	0,00	0,00	0,00	4,76	0,94	9,29	2,71	0,07	0,00	100,00
N - 3	25,30	0,47	0,00	10,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1,67	14,39	48,14	0,00	0,00	100,00
N - 4	36,27	3,86	0,00	8,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,37	34,79	0,00	0,00	100,00
Sul	29,74	16,75	2,83	8,27	1,87	1,71	16,84	10,08	2,08	1,43	6,10	2,18	0,14	100,00
S - 1	63,20	15,10	0,10	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	13,10	0,80	6,50	0,00	0,00	100,00
S - 2	20,70	20,00	0,00	35,40	9,10	0,00	0,00	0,00	3,00	10,70	1,60	0,70	1,80	100,00
S - 3	0,00	25,40	0,00	0,00	27,70	9,40	0,00	0,00	0,00	0,00	30,30	7,20	0,00	100,00
S - 4	0,00	19,48	11,79	0,00	5,98	10,35	0,00	0,00	0,00	0,00	18,10	32,13	2,17	100,00
S - 5	2,40	54,70	0,00	0,00	9,00	0,00	5,40	0,00	0,00	0,00	8,80	19,70	0,00	100,00
S - 6	36,20	19,86	0,00	14,49	0,61	0,02	20,18	0,06	0,00	0,27	8,07	0,16	0,08	100,00
S - 7	15,07	9,55	1,11	19,22	1,53	0,00	42,64	0,00	0,00	0,00	10,56	0,23	0,09	100,00
S - 8	35,07	17,89	3,84	3,52	0,47	0,03	14,76	22,63	3,00	0,04	1,08	0,62	0,05	100,00
S - 9	38,60	10,81	5,05	2,65	0,75	6,17	3,35	12,69	9,73	5,65	4,83	0,73	0,00	100,00
TOTAL	34,53	10,92	1,81	10,61	1,29	0,96	9,62	6,34	5,72	5,91	10,31	1,69	0,29	100,00

Fontes dos Dados Brutos: INCRA e FEE

Tabela 11

**Participação das regiões no total
da população do Estado, 1890-1996**

	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Nordeste	28,04	30,06	27,47	25,57	26,68	30,66	34,28	40,21	44,74	46,32
Norte	19,89	21,54	31,23	38,76	40,57	39,23	37,17	33,48	30,07	28,72
Sul	52,07	48,40	41,30	35,67	32,75	30,11	28,54	26,31	25,19	24,95
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Tabela 12

Participação das Regiões e Sub-Regiões na População
do Rio Grande do Sul - 1960-1996

	1960	1970	1980	1991	1996
NORDESTE	30,66	34,28	40,21	44,74	46,33
NE - 1	11,77	13,29	14,48	13,78	13,36
NE - 2	1,04	1,03	1,15	1,53	1,61
NE - 3	0,93	1,60	2,69	3,37	3,70
NE - 4	0,85	1,25	2,19	2,99	3,19
NE - 5	7,68	8,81	11,21	13,85	14,65
NE - 6	2,63	2,44	2,09	2,27	2,47
NE - 7	2,38	2,21	2,27	2,46	2,64
NE - 8	1,51	1,35	1,14	1,14	1,14
NE - 9	1,88	2,31	2,99	3,35	3,57
NORTE	39,23	37,17	33,48	30,07	28,72
N - 1	14,88	13,48	11,47	10,44	10,26
N - 2	17,93	17,81	16,60	14,30	13,23
N - 3	3,64	3,35	2,99	2,93	2,79
N - 4	2,78	2,53	2,42	2,39	2,45
SUL	30,11	28,54	26,31	25,19	24,95
S - 1	2,22	2,35	2,34	2,40	2,48
S - 2	3,27	3,12	3,34	3,43	3,44
S - 3	1,84	1,75	1,88	1,88	1,85
S - 4	0,51	0,50	0,45	0,39	0,39
S - 5	0,33	0,35	0,35	0,38	0,35
S - 6	5,94	5,62	4,73	4,37	4,28
S - 7	4,42	3,94	3,15	2,66	2,56
S - 8	7,17	6,82	6,37	6,23	6,21
S - 9	4,41	4,10	3,70	3,44	3,37
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos Dados Brutos: IBGE

Tabela 13

Taxas médias anuais de crescimento demográfico das regiões do Estado, 1890-1996

	1890-900	1900-920	1920-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-96
Nordeste	3,22	2,42	2,13	2,73	4,17	3,18	3,18	2,49	1,70
Norte	3,32	4,81	3,61	2,76	2,38	1,49	0,49	0,52	0,06
Sul	1,76	2,07	1,75	1,42	1,86	1,49	0,73	1,10	0,80
Total	2,50	2,88	2,50	2,29	2,72	2,03	1,55	1,51	0,99

Fonte dos dados brutos: IBGE

Taxas Médias Anuais de Crescimento Demográfico no
Rio Grande do Sul por Regiões e Sub-Regiões, 1960-1995

	60-70	70-80	80-91	91-96
NORDESTE	3,18	3,18	2,49	1,70
NE - 1	3,28	2,43	1,05	0,37
NE - 2	1,92	2,70	4,20	1,95
NE - 3	7,71	6,95	3,60	2,94
NE - 4	6,08	7,41	4,39	2,32
NE - 5	3,45	4,03	3,47	2,13
NE - 6	1,27	0,00	2,27	2,67
NE - 7	1,29	1,82	2,27	2,39
NE - 8	0,90	-0,12	1,50	1,03
NE - 9	4,14	4,20	2,56	2,29
NORTE	1,49	0,49	0,52	0,06
N - 1	1,04	-0,08	0,65	0,62
N - 2	1,97	0,84	0,14	-0,58
N - 3	1,19	0,41	1,32	-0,03
N - 4	1,07	1,11	1,39	1,44
SUL	1,49	0,73	1,10	0,80
S - 1	2,62	1,49	1,76	1,67
S - 2	1,55	2,26	1,75	1,03
S - 3	1,50	2,29	1,52	0,66
S - 4	1,74	0,47	0,37	0,68
S - 5	2,84	1,48	2,18	-0,24
S - 6	1,48	-0,18	0,78	0,56
S - 7	0,88	-0,69	-0,04	0,21
S - 8	1,52	0,86	1,30	0,95
S - 9	1,29	0,50	0,84	0,60
TOTAL	2,03	1,55	1,51	0,99

Tabela 15

Estimativa dos saldos migratórios interregionais no
Rio Grande do Sul - períodos intercensitários

	60-70	70-80	80-91	91-96
NORDESTE	241.291	461.016	414.565	153.431
NE - 1	101.275	92.590	-63.938	-40.005
NE - 2	-770	9.506	35.090	7.171
NE - 3	44.624	84.508	62.086	32.535
NE - 4	26.866	73.283	72.494	19.392
NE - 5	75.345	186.791	241.468	76.973
NE - 6	-12.721	-27.045	16.559	18.875
NE - 7	-11.156	4.630	17.951	16.936
NE - 8	-10.589	-15.966	-56	238
NE - 9	28.417	52.720	32.910	21.315
NORTE	-137.125	-287.155	-311.918	-130.520
N - 1	-92.963	-156.895	-93.575	-18.149
N - 2	-8.004	-93.915	-210.221	-103.559
N - 3	-19.284	-27.924	-5.447	-14.003
N - 4	-16.874	-8.422	-2.675	5.191
SUL	-104.167	-173.861	-102.646	-22.910
S - 1	8.635	-1.088	5.899	7.952
S - 2	-10.181	17.494	8.099	737
S - 3	-6.292	10.245	213	-2.901
S - 4	-974	-3.908	-4.745	-576
S - 5	1.776	-191	2.430	-2.143
S - 6	-21.131	-68.853	-33.074	-8.901
S - 7	-31.721	-61.382	-44.944	-9.670
S - 8	-23.554	-34.825	-12.922	-1.178
S - 9	-20.724	-31.353	-23.603	-6.230

Fonte dos dados brutos: IBGE

Tabella 16

Geocimbras Locacionais, por Regiões e Sub-Regiões, em 1988

Região	MMM	Mat.	Mec.	M. El.	M. Tr.	Mad.	Mob.	Papel	Borr.	Couros	Quim.	Ferr.	P. Fir.	Perf.	M. Pl.	Isol.	Vest.	Calc.	P. Al.	Beb.	Fumo	Outr.	Diva.
Nordeste	0.729	1.182	0.960	1.292	1.282	0.717	1.115	1.155	1.122	0.884	1.182	0.288	1.050	1.659	1.122	1.022	1.124	1.222	0.434	0.882	0.106	1.122	1.122
Nr-1	0.165	2.182	0.652	1.278	1.202	0.478	0.641	0.902	0.606	0.100	1.202	1.222	4.282	1.522	1.972	1.522	2.004	0.012	0.922	0.106	0.106	1.522	1.522
Nr-2	1.822	0.529	1.118	0.243	1.182	1.182	0.026	13.266	0.004	0.004	0.022	0.022	0.169	0.819	0.022	0.562	1.122	0.169	0.819	0.106	0.106	0.106	0.106
Nr-3	1.022	2.214	1.222	1.122	1.122	0.563	2.848	1.022	0.050	0.050	1.222	0.054	4.022	1.522	2.122	0.201	1.222	0.032	1.022	0.106	0.106	0.106	0.106
Nr-4	1.022	1.122	2.122	1.122	1.122	0.628	0.349	1.122	0.021	0.021	1.122	0.022	1.122	1.122	1.122	0.191	0.922	0.032	0.201	0.106	0.106	0.106	0.106
Nr-5	0.529	0.740	0.752	0.822	0.329	0.603	0.267	0.505	1.122	1.022	0.643	0.220	0.007	0.120	0.622	0.698	0.322	2.122	0.201	0.106	0.106	0.106	0.106
Nr-6	0.811	0.000	0.811	0.228	1.182	1.182	0.922	0.122	0.000	0.000	0.281	0.281	0.622	0.276	0.276	0.016	0.022	2.022	1.022	0.106	0.106	0.106	0.106
Nr-7	0.522	1.122	0.122	0.122	0.413	0.664	1.122	0.622	1.122	1.022	0.122	0.015	0.622	0.410	0.289	1.122	0.728	0.201	0.201	0.106	0.106	0.106	0.106
Nr-8	0.472	0.257	0.051	0.022	0.181	0.712	0.417	0.000	0.000	0.000	18.422	0.000	0.011	0.011	1.122	0.015	0.192	0.222	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
Nr-9	1.182	1.122	1.122	1.122	1.122	1.122	1.122	0.413	0.404	0.159	0.220	0.010	1.122	0.004	1.122	1.122	1.122	0.022	0.256	0.106	0.106	0.106	0.106
Norte	1.122	0.600	1.488	0.225	0.202	2.422	0.922	0.809	1.122	1.122	0.202	0.202	0.211	0.500	0.822	0.564	1.122	0.202	1.122	1.122	1.122	1.122	1.122
N-1	1.248	0.548	1.122	0.086	0.246	4.522	1.122	1.122	1.122	1.122	0.121	0.526	0.611	0.322	1.122	0.198	1.048	0.201	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
N-2	1.122	1.122	4.822	1.022	0.225	2.022	0.622	0.522	0.116	1.022	0.081	0.222	0.222	0.222	0.015	0.202	0.222	0.122	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
N-3	0.640	0.346	0.155	0.022	0.160	1.222	1.122	0.956	0.011	1.122	0.922	0.000	1.122	0.022	0.202	0.202	0.222	1.122	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
N-4	1.058	0.727	0.120	1.122	0.341	0.419	0.496	0.128	1.122	0.206	0.000	0.000	0.022	0.022	0.790	1.122	1.122	0.222	0.256	0.106	0.106	0.106	0.106
Sul	2.222	0.820	0.528	0.045	0.169	0.246	0.211	0.107	0.014	0.368	0.922	1.122	1.122	0.222	0.222	1.122	0.122	1.122	1.122	1.122	1.122	1.122	1.122
S-1	1.522	0.562	0.984	0.128	0.268	1.122	0.202	0.202	0.064	0.064	0.253	0.922	0.642	0.642	0.202	0.162	0.422	0.022	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
S-2	1.122	0.422	0.458	0.024	0.105	0.392	0.022	0.128	1.122	1.122	0.267	0.642	4.822	0.792	0.202	0.202	0.022	0.022	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
S-3	0.000	0.041	0.022	0.022	0.022	0.222	0.015	0.000	0.000	0.022	1.122	1.122	0.000	0.000	0.000	0.000	0.022	0.000	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
S-4	0.215	0.215	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
S-5	0.757	0.428	1.122	0.130	0.422	1.122	0.622	0.000	0.000	0.264	0.000	0.000	0.302	0.222	0.000	1.122	0.122	0.000	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
S-6	1.122	0.050	0.022	0.022	0.118	0.812	0.022	0.222	0.222	0.222	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
S-7	1.122	0.222	0.222	0.022	0.010	0.242	0.134	0.222	0.222	0.414	0.000	0.222	0.000	0.000	0.145	1.122	0.135	0.022	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
S-8	0.984	0.222	0.240	0.114	0.257	2.122	0.510	0.101	0.101	2.442	0.022	0.022	0.148	0.148	0.022	0.222	0.022	0.022	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106
S-9	1.422	0.316	0.022	0.114	0.257	2.122	0.510	0.101	0.101	2.442	0.022	0.022	0.148	0.148	0.022	0.222	0.022	0.022	1.122	0.106	0.106	0.106	0.106

Fonte dos Dados: Dados Gerais da Fazenda

Tabela 17

Quocientes locacionais, por regiões e sub-regiões, em 1993

Região	MNM	Mel.	Mec.	M. El.	M. Tr.	Mad.	Mob.	Papel	Borr.	Couros	Quim.	Fert.	P. Far.	Perf.	M. Pl.	Tex.	Vest.
Nordeste	0,822	1,211	0,976	1,284	1,271	0,675	1,099	1,099	1,185	0,938	1,265	0,385	1,107	0,936	1,215	1,183	0,991
Ne - 1	1,084	2,831	1,289	1,733	0,789	0,547	0,646	1,249	0,207	0,279	2,106	2,006	6,455	3,210	1,366	1,520	2,750
Ne - 2	3,017	2,624	1,414	0,006	0,214	1,773	0,028	8,980	0,338	0,033	0,676	1,908		0,108	0,281	1,897	1,144
Ne - 3	2,567	2,646	0,985	0,018	0,010	1,827	1,638	5,221		0,053	1,587		18,943	5,849	3,435	0,748	1,573
Ne - 4	1,027	1,679	2,693	4,721	1,755	0,856	0,575	1,711	4,242	0,047	2,896	0,183	0,168	6,555	4,415	1,186	1,377
Ne - 5	0,562	0,635	0,682	0,706	0,358	0,321	0,461	0,861	1,172	1,546	0,844		0,076	0,221	0,732	0,013	0,393
Ne - 6	0,601	0,250	0,753	0,059	0,355	3,962	0,910	0,079	0,013	0,038	2,067	0,007		0,161	0,093	0,308	0,249
Ne - 7	0,520	1,851	0,158	0,917	0,479	1,151	5,595	0,762	1,463	0,483	0,139	0,486		0,834	0,474	0,308	1,145
Ne - 8	0,822	0,134	0,119	0,035	0,196	0,750	0,424	0,005	2,868	0,305	2,360			0,062	7,349		0,450
Ne - 9	1,419	1,543	1,973	2,864	6,712	1,187	1,400	0,783	0,629	0,084	0,329	0,006	1,406	0,062	1,305	2,059	1,820
Norte	1,114	0,581	1,249	0,349	0,424	2,025	0,971	1,018	0,796	1,272	0,324	0,395	0,148	1,471	0,484	0,056	1,201
N - 1	1,295	0,612	1,262	0,405	0,753	3,705	1,208	1,502	1,114	1,344	0,089	0,394	0,385	0,354	0,808	0,028	1,296
N - 2	1,758	0,629	3,271	0,856	0,450	1,726	0,830	0,465	0,287	0,742	0,129	1,149	0,047	0,379	0,087	0,043	1,261
N - 3	0,656	0,335	0,082	0,025	0,129	1,000	1,035	1,338	0,030	2,008	0,968		0,019	2,023	0,275	0,136	0,515
N - 4	0,590	0,871	0,336	0,057	0,181	0,572	0,547	0,206	2,164	0,597	0,329			4,522	0,712		2,092
Sul	2,147	0,283	0,621	0,241	0,168	1,234	0,279	0,178	0,003	0,875	0,921	7,251	2,102	0,426	0,475	1,707	0,612
S - 1	8,082	0,551	1,029	0,395	0,705	1,157	1,079	0,235	0,054	0,054	0,054	3,700		2,293	0,018		0,863
S - 2	0,914	0,164	0,597	0,358	0,156	0,425	0,028	0,088	1,350	1,350	0,394	0,997	5,450	0,550	0,962	1,088	0,381
S - 3	0,187	0,083		0,008		1,257	0,054	0,034	0,010	0,010	6,237	54,845	0,397	0,293		1,339	0,317
S - 4	0,328	0,506			0,125	27,695	0,107										0,207
S - 5	0,264	0,305	0,216		0,129	0,129	0,630	1,162	0,019	0,134	0,025		0,270	0,259	10,022	0,199	0,716
S - 6	2,608	0,568	1,773	0,275	0,188	2,032	0,062	0,123	0,923	0,923	0,258			0,203	0,086	0,162	1,064
S - 7	10,174	0,125	0,033	0,224	0,165	2,620	0,062	0,139	0,679	0,679	0,022		0,863		0,352	7,173	0,792
S - 8	1,082	0,276	0,186	0,083	0,060	0,736	0,297	0,584	2,955	2,955	0,015			0,046	0,102	0,265	1,054
S - 9	1,784	0,361	0,045	0,241	0,217	1,650	0,433	0,040									

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda

Tabela 18

Participação percentual dos gêneros no total do emprego da indústria, por regiões e sub-regiões do Rio Grande do Sul, em 1986

Região	MNM	MeL	Mec.	M.EI.	M.Tr.	Mad.	Mob.	Papel	Borr.	Couro	Quim.	Fert.	P.Far.	Perf.	M.PI.	Tex.	Vest.
Nordeste	2,19	9,73	8,24	2,99	5,13	2,33	4,79	3,00	1,32	3,72	2,22	0,16	0,19	0,45	1,49	2,65	4,07
Ne-1	2,87	19,33	7,32	2,92	7,62	1,56	4,04	2,32	0,76	0,42	2,10	0,70	0,91	1,83	2,60	3,98	10,87
Ne-2	5,85	4,76	9,61		0,97	3,76	0,03	34,24		0,02	0,10				0,04	1,49	22,34
Ne-3	3,06	23,98	11,44		4,47	1,83	12,22	12,96		0,21	5,04			1,69	2,85	0,67	4,86
Ne-4	3,05	13,69	22,65	21,24	0,08	2,69	1,50	4,39	5,19	0,09	3,30	0,03		2,62	1,46	0,46	3,51
Ne-5	1,54	6,54	6,80	1,45	1,24	1,31	1,57	2,08	1,43	6,03	1,61	0,13	0,02	0,06	0,84	1,79	1,35
Ne-6	2,41	0,53	7,65		1,03	6,45	2,61	0,45	0,06		0,73				0,36	0,04	0,34
Ne-7	1,49	11,08	1,08	1,46	1,65	2,81	28,49	1,28	1,38	4,55	0,23	0,01	0,11	0,09	0,78	3,06	2,63
Ne-8	1,40	2,27	0,44	0,08	0,65	2,31	1,79			1,37	31,39			0,03	12,46	0,04	0,70
Ne-9	3,51	12,57	14,83	4,06	22,85	6,20	5,41	1,06	0,47	0,67	0,52	0,01	0,33	0,04	1,65	6,63	5,90
Norte	3,46	5,83	12,78	0,59	1,21	7,87	4,25	2,08	1,21	6,46	0,58	0,15	0,04	0,41	1,16	1,45	3,66
N-1	3,70	4,84	13,34	0,20	1,39	14,83	5,20	3,09	1,70	9,12	0,23	0,34	0,11	0,16	2,44	0,51	3,79
N-2	5,29	9,74	34,99	2,30	1,50	6,79	2,99	1,34	0,14	4,31	0,16	0,16		0,12	0,02	0,90	2,14
N-3	1,90	3,05	1,42	0,08	0,64	3,94	5,49	2,46	0,01	8,33	1,79			1,26	0,49	2,36	1,14
N-4	3,14	7,04	1,03		1,36	1,40	2,13	0,46	3,36	1,20				0,02	1,03	2,60	9,00
Sul	7,47	7,33	4,50	0,10	0,60	2,42	0,99	0,43	0,02	4,08	1,83	4,00	0,33	0,17	0,45	3,70	0,47
S-1	28,37	4,96	6,45	0,40	1,48	3,86	3,02	0,94		0,27	0,50	0,54		0,27	0,27	0,47	1,71
S-2	6,53	3,83	4,02	0,03	0,42	1,28	0,34	0,46		7,48	0,74	0,37	0,86	0,33	1,04	1,80	0,26
S-3	0,03	0,37	0,27			0,77	0,07		0,11	0,09	12,21	30,69		0,04	0,07	4,83	0,19
S-4		1,90															
S-5	2,34	4,21						2,34	0,93								
S-6	7,89	31,81	13,36	0,30	1,69	4,08	2,90	0,26		1,53			0,05	0,15	0,06	2,69	0,46
S-7	31,80	0,44	0,61	0,14	0,47	2,64	0,14	0,61		1,32						0,51	2,13
S-8	2,92	2,10	2,06		0,04	2,41	0,57	0,66		1,74	0,08	0,12		0,03	0,19	10,82	0,49
S-9	4,20	2,79	0,78	0,26	1,07	7,14	2,19	0,26		10,29			0,03	0,03	0,03	0,91	0,05
TOTAL	2,97	8,83	8,59	2,29	4,00	3,25	4,29	2,57	1,17	4,21	1,91	0,57	0,18	0,42	1,32	2,56	3,62

Fonte dos dados: Inquérito Setorial da Indústria

Tabela 19

Participação percentual dos gêneros no total do emprego na Indústria, por regiões e sub-regiões do Rio Grande do Sul, em 1993

Região	MNM	Mel.	Mec.	M. El.	M. Tr.	Mad.	Mob.	Papel	Borr.	Couro	Quim.	Fert.	P. Far.	Perf.	M. Pl.	Tex.	Vest.
Nordeste	2,35	9,00	6,80	2,66	4,78	1,97	4,81	2,14	1,43	4,53	2,16	0,14	0,19	0,54	2,20	1,42	3,61
Ne-1	3,10	21,03	8,99	3,59	2,97	1,59	2,82	2,44	0,25	1,35	3,80	0,73	1,09	1,84	2,47	1,82	10,02
Ne-2	8,83	19,50	9,86	0,01	0,80	5,17	0,12	17,50	0,41	0,16	1,22	0,69		0,06	0,51	2,28	4,17
Ne-3	7,35	19,65	6,87	0,04	0,04	5,33	7,16	10,18		0,26	2,87		3,20	3,34	6,21		5,73
Ne-4	2,94	12,47	18,78	9,79	6,60	2,49	2,51	3,34	5,12	0,23	5,23		0,03	3,75	7,98	0,90	5,02
Ne-5	1,61	4,71	4,75	1,46	1,35	0,94	2,02	1,68	1,41	7,47	1,52	0,07	0,01	0,13	1,32	1,42	1,43
Ne-6	1,72	1,86	5,25	0,12	1,34	11,55	3,98	0,15	0,02	0,18	3,73			0,09	0,17	0,02	0,91
Ne-7	1,49	13,75	1,10	1,90	1,80	3,36	24,47	1,49	1,77	2,33	0,25	0,00		0,09	0,86	0,37	4,17
Ne-8	2,35	1,00	0,83	0,07	0,75	2,19	1,86	0,01	3,46	1,47	16,90	0,18		0,48	13,28		1,64
Ne-9	4,06	11,47	13,76	5,94	25,25	3,46	6,12	1,53	0,76	0,41	0,59	0,00	0,24	0,04	2,36	2,47	6,63
Norte	3,19	4,31	8,71	0,72	1,60	5,91	4,25	1,95	0,96	6,14	0,58	0,14	0,02	0,84	0,87	0,07	4,37
N-1	3,71	4,55	8,80	0,84	2,83	10,80	5,28	2,93	1,35	6,50	0,16	0,14	0,06	0,20	1,46	0,03	4,73
N-2	5,03	4,67	22,81	1,78	1,69	5,03	3,63	0,91	0,35	3,59	0,23	0,42	0,01	0,22	0,16	0,05	4,59
N-3	1,88	2,49	0,57	0,05	0,49	2,91	4,53	2,61	0,04	9,70	1,75		0,00	1,16	0,50	0,16	1,88
N-4	1,69	6,47	2,34	0,12	0,68	1,67	2,39	0,40	2,61	2,88				2,58	1,29		7,62
Sul	6,14	2,10	4,33	0,50	0,63	3,60	1,22	0,35	0,00	4,23	1,66	2,63	0,35	0,24	0,86	2,05	2,23
S-1	23,13	4,10	7,16	0,82	2,65	3,37	4,72	0,46		0,26	0,10	1,34		1,31	0,03		3,15
S-2	2,62	1,22	4,16	0,74	0,59	1,24	0,12	0,17		6,53	0,71	0,36	0,92	0,31	1,74	1,31	1,39
S-3	0,54	0,62		0,02		3,66	0,23	0,07		0,05	11,26	19,91	0,07	0,17		1,61	1,15
S-4	0,94	3,76			0,47	80,75	0,47										
S-5	0,75	2,26	1,51			0,38		2,26							18,11		0,75
S-6	7,46	4,22	12,36	0,57	0,71	5,93	2,76	0,24	0,02	0,65	0,05		0,05	0,15	0,23	0,24	2,61
S-7	29,12	0,93	0,23	0,47	0,62	7,64	0,27	0,27		4,46	0,47			0,12	0,16	0,19	3,88
S-8	3,10	2,05	1,30	0,17	0,23	2,14	1,30	1,14		3,28	0,04		0,15		0,64	8,61	2,89
S-9	5,05	2,68	0,32	0,50	0,62	4,81	1,89	0,08		14,26	0,03			0,03	0,18	0,34	3,84
TOTAL	2,66	7,43	6,97	2,07	3,76	2,92	4,37	1,95	1,21	4,63	1,81	0,36	0,17	0,57	1,81	1,20	3,64

Fonte dos dados: brutos Secretaria da Fazenda

Tabela 20

Participação percentual das regiões e sub-regiões no total do emprego na indústria do Rio Grande do Sul, por gêneros, em 1986

Região	MNM	Mel.	Mec.	M. El.	M. Tr.	Mad.	Mob.	Papel	Borr.	Couros	Quim.	Fert.	P. Far.	Perf.	M. Pl.	Tex.	Vest.
Nordeste	53,86	80,28	69,94	95,26	93,43	52,25	81,25	84,92	82,73	64,41	64,77	20,97	76,55	79,43	81,96	75,30	61,95
Ne-1	9,60	21,77	8,48	12,72	18,93	4,77	9,36	8,97	6,63	1,00	10,92	12,21	51,58	43,60	19,61	15,45	29,88
Ne-2	4,23	1,16	2,40		0,52	2,48	0,02	28,54		0,01	0,11				0,07	1,25	13,24
Ne-3	0,53	1,39	0,68		0,57	0,29	1,45	2,57		0,03	1,35			2,07	1,10	0,13	0,69
Ne-4	4,21	6,36	10,82	38,14	6,23	3,39	1,43	7,00	18,25	0,09	7,09	0,22		25,74	4,53	0,74	3,98
Ne-5	19,72	28,08	30,06	24,00	11,74	15,31	13,92	30,71	46,58	54,36	31,99	8,35	3,67	5,69	24,18	26,43	14,15
Ne-6	0,72	0,05	0,79		0,23	1,76	0,58	0,15	0,06		0,34				0,24	0,01	0,08
Ne-7	3,19	7,97	0,80	4,06	2,62	5,49	42,18	3,17	7,51	6,87	0,76	0,09	3,98	1,34	3,74	7,57	4,63
Ne-8	0,85	0,47	0,09	0,06	0,29	1,29	0,75			0,59	29,74			0,13	17,06	0,03	0,35
Ne-9	10,82	13,03	15,82	16,27	52,29	17,47	11,55	3,79	3,70	1,46	2,48	0,09	17,33	0,86	11,43	23,68	14,94
Norte	19,27	10,86	24,46	4,26	4,98	39,79	16,28	13,30	17,11	25,24	4,99	4,36	3,47	16,21	14,38	9,28	16,65
N-1	7,07	3,11	8,81	0,49	1,96	25,87	6,87	6,82	8,25	12,28	0,69	3,39	3,47	2,11	10,48	1,12	5,94
N-2	6,39	3,95	14,60	3,61	1,34	7,48	2,50	1,87	0,42	3,67	0,29	0,97		0,99	0,05	1,26	2,12
N-3	2,74	1,48	0,71	0,16	0,68	5,18	5,47	4,09	0,05	8,46	4,01			12,94	1,58	3,94	1,35
N-4	3,06	2,32	0,35		0,99	1,25	1,45	0,52	8,40	0,83				0,17	2,27	2,95	7,25
Sul	26,87	8,87	5,60	0,48	1,59	7,97	2,47	1,78	0,15	10,35	10,24	74,56	19,98	4,36	3,66	15,42	1,40
S-1	5,12	0,30	0,53	0,09	0,20	0,64	0,38	0,20		0,03	0,14	0,50		0,34	0,11	0,10	0,25
S-2	8,71	1,72	1,85	0,06	0,42	1,55	0,31	0,71		7,04	1,53	2,54	19,37	3,15	3,12	2,78	0,29
S-3	0,01	0,05	0,04			0,32	0,02		0,12	0,03	8,49	71,21		0,13	0,07	2,50	0,07
S-4		0,01															
S-5	0,03	0,02						0,03	0,03								
S-6	4,49	0,08	2,63	0,22	0,71	2,12	1,14	0,17	0,03	0,62			0,51	0,60	0,08	1,77	0,21
S-7	5,69	0,03	0,04	0,03	0,06	0,43	0,02	0,13		0,17						0,11	0,31
S-8	1,85	0,45	0,45		0,02	1,39	0,25	0,48		0,76	0,08	0,41		0,13	0,27	7,92	0,25
S-9	0,97	0,22	0,06	0,08	0,18	1,52	0,35	0,07		1,69			0,10		0,01	0,25	0,01
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos dados: brutos Secretaria de Fazenda

Tabela 21

Participação percentual das regiões e sub-regiões no total do emprego na indústria do Rio Grande do Sul, por gêneros, em 1993

Região	MNM	Met.	Mec.	M. El.	M. Tr.	Mad.	Mob.	Papel	Borr.	Couro	Quim.	Fert.	P. Far.	Perf.	M. Pl.	Tex.	Vest.
Nordeste	56,12	85,63	68,99	90,74	89,87	47,69	77,71	77,65	83,74	66,27	85,18	27,24	78,23	66,19	85,90	83,62	70,06
Ne-1	8,91	23,25	10,59	14,23	6,48	4,49	5,30	10,26	1,70	2,29	17,30	16,47	53,02	26,37	11,22	12,49	22,58
Ne-2	4,43	3,85	2,08	0,01	0,31	2,51	0,04	13,20	0,50	0,05	1,00	2,80		0,16	0,41	2,79	1,68
Ne-3	1,27	1,31	0,49	0,01		0,90	0,81	2,58		0,03	0,79		9,38	2,89	1,70		0,76
Ne-4	3,95	6,46	10,36	16,17	6,75	3,29	2,21	6,59	16,32	0,18	11,15		0,65	25,22	16,99	2,88	5,30
Ne-5	21,52	24,28	26,08	27,01	13,69	12,28	17,64	32,95	44,83	59,16	32,29	7,01	2,91	8,46	28,00	45,39	15,04
Ne-6	0,71	0,30	0,89	0,07	0,42	4,69	1,08	0,09	0,02	0,05	2,45	0,05		1,08	0,11	0,02	0,29
Ne-7	3,50	12,46	1,08	6,17	3,22	7,74	37,66	5,13	9,85	3,25	0,94	0,05		1,08	3,19	2,08	7,70
Ne-8	1,44	0,23	0,21	0,06	0,35	1,32	0,74	0,01	5,03	0,53	16,41	0,85		1,46	12,89		0,79
Ne-9	12,39	13,48	17,23	25,01	58,63	10,37	12,23	6,84	5,50	0,74	2,87	0,05	12,28	0,54	11,40	17,99	15,89
Norte	22,72	11,84	25,47	7,11	6,65	41,30	19,80	20,76	16,23	25,93	6,60	8,06	3,02	29,99	9,87	1,15	24,48
N-1	9,06	4,28	8,83	2,83	5,27	25,93	8,45	10,51	7,80	9,41	0,62	2,75	2,69	2,48	5,65	0,20	9,08
N-2	6,11	2,91	15,11	3,95	2,08	7,97	3,83	2,15	1,33	3,43	0,59	5,31	0,22	1,75	0,40	0,20	5,82
N-3	3,65	1,86	0,45	0,14	0,72	5,56	5,76	7,44	0,17	11,17	5,39		0,11	11,26	1,53	0,76	2,86
N-4	1,89	2,79	1,08	0,18	0,58	1,83	1,75	0,66	6,94	1,92			0,00	14,50	2,28		6,71
Sul	19,15	2,53	5,54	2,15	1,48	11,01	2,49	1,59	0,03	7,80	8,22	64,70	18,75	3,82	4,23	15,23	5,46
S-1	4,48	0,31	0,57	0,22	0,39	0,64	0,60	0,13		0,03	0,03	2,05		1,27	0,01		0,48
S-2	2,80	0,50	1,63	1,10	0,48	1,30	0,09	0,27		4,14	1,21	3,05	16,70	1,69	2,95	3,33	1,17
S-3	0,20	0,09		0,01		1,37	0,06	0,04		0,01	6,78	59,59	0,43	0,32		1,45	0,34
S-4	0,01	0,02				1,07											0,01
S-5	0,01	0,01	0,01			0,01		0,06							0,48		0,01
S-6	4,16	0,91	2,83	0,44	0,30	3,24	1,01	0,20	0,03	0,21	0,04		0,43	0,41	0,20	0,32	1,14
S-7	4,77	0,06	0,02	0,11	0,08	1,23	0,03	0,07		0,43	0,12			0,10	0,04	0,06	0,50
S-8	1,49	0,38	0,26	0,11	0,08	1,01	0,41	0,80		0,93	0,03		1,19		0,48	9,85	1,09
S-9	1,22	0,25	0,03	0,17	0,15	1,14	0,30	0,03		2,04	0,01			0,03	0,07	0,20	0,73
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda

Tabela 22

Participação das regiões e sub-regiões no número total de empregados da indústria do Rio Grande do Sul

Região	1986	1988	1991	1993
Nordeste	72,88	71,43	70,16	70,69
Ne - 1	9,95	9,64	8,34	8,21
Ne - 2	2,14	1,90	1,77	1,47
Ne - 3	0,51	0,55	0,54	0,49
Ne - 4	4,10	3,89	3,95	3,85
Ne - 5	37,95	37,24	35,80	38,26
Ne - 6	0,89	1,04	1,22	1,18
Ne - 7	6,36	6,28	7,12	6,73
Ne - 8	1,81	1,80	2,04	1,75
Ne - 9	9,16	9,10	9,36	8,73
Norte	16,44	18,23	19,87	20,39
N - 1	5,67	5,91	6,78	7,00
N - 2	3,58	4,05	4,47	4,62
N - 3	4,28	5,05	5,29	5,56
N - 4	2,91	3,22	3,33	3,21
Sul	10,68	10,34	9,97	8,92
S - 1	0,54	0,53	0,57	0,55
S - 2	3,96	3,46	3,58	3,06
S - 3	1,33	1,18	1,17	1,09
S - 4	0,03	0,03	0,03	0,04
S - 5	0,04	0,06	0,05	0,05
S - 6	1,69	0,87	1,84	1,60
S - 7	0,53	0,56	0,54	0,47
S - 8	1,88	1,98	1,54	1,37
S - 9	0,69	1,68	0,66	0,69
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda

Tabela 23**Variação do emprego industrial no Rio Grande do Sul,
por gêneros 1986 = 100**

	1988	1991	1993
Min. N. Met.	117,01	97,62	95,33
Metalúrgica	102,11	73,99	83,17
Mecânica	97,35	74,48	80,30
Material Elétrico	102,14	97,17	89,76
Mat. de Transportes	96,39	86,46	92,92
Madeira	111,13	87,06	88,71
Mobiliário	104,04	88,50	100,78
Papel e Papelão	92,81	79,72	74,92
Borracha	111,58	102,37	102,39
Couros	114,24	95,25	113,53
Química	92,01	84,45	93,48
Fertilizantes	100,06	62,17	62,70
Pr. Farmacêuticos	93,48	96,84	94,60
Perfumaria	129,80	141,48	135,58
Matérias Plásticas	105,71	116,61	135,25
Têxtil	106,51	46,53	46,27
Vestuário	87,86	109,83	99,60
Calçados	109,22	88,05	107,64
Pr. Alimentares	105,21	102,61	106,48
Bebidas	100,97	105,65	98,40
Fumo	101,89	110,85	127,94
Editorial e Gráfica	148,11	121,84	108,46
Diversas	103,29	137,59	140,36
TOTAL	105,04	90,44	98,91

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda



FICHA TÉCNICA

**GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ANTONIO BRITTO**

**SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
JOÃO CARLOS BRUM TORRES**

**CONSULTOR SÊNIOR
ANTONIO BARROS DE CASTRO**

**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
Instalada em 7 de março de 1997**

JOÃO CARLOS BRUM TORRES
Secretário, da Coordenação e Planejamento e Coordenador Geral do Projeto
RUBENS SOARES DE LIMA

Presidente da Fundação de Economia e Estatística- FEE
FLÁVIO FERREIRA PRESSER

Presidente da Fundação, Estadual de, Proteção ao Ambiental – FEPAM
LAIS DE PINHO SALENGUE

Presidente da Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional — METROPLAN
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul- FAPERGS
NUNO RENAN LOPES DE FIGUEIREDO PINTO

Representante da Federação das Indústria do Rio Grande do Sul - FIERGS
ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA

Diretor Técnico da Fundação de Economia e Estatística FEE
MARIA HELENA CATTANI LOHMANN

Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico SCP
SÔNIA MARIA MOREIRA DE MELLO

Chefe da Divisão de Diretrizes Estratégicas -SCP

Obs.: A economista Maria Aparecida Grendene de Souza substituiu a economista Maria Helena Cattani Lohmann na direção do Departamento de Planejamento Estratégico e, em virtude disso, nessa comissão.



PRIMEIRA ETAPA

novembro de 1996 a junho 1997

Equipe técnica

ÁREA ECONÔMICA

ADA SÍLVIA B. DE PICCOLI (METROPLAN)
ADALBERTO ALVES MAIA NETO (FEE)
ALBERTO MARCOS. NOGUEIRA (SCP)
ANA ELISA E. FERREIRA (SCP)
CLARISSE CASTILHOS (FEE)
ESTEBAN CARRION SANTANA (METROPLAN)
JEFERSON LUIS BITTENCOURT (SCP)
JORGE ACCURSO (FEE)
JORGE SOUZA FILHO (SCP)
JÚLIO CÉSAR VOLPI (METROPLAN)
MARIA CRISTINA PASSOS (FEE)
MARIA DOMINGUES BENETTI (FEE)
PAULO HAMESTER (METROPLAN)
PEDRO BANDEIRA (SCP)
VIVIAN FURSTENAU (FEE)

ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

ALFREDO D. HECHT (CEEE)
CARLOS R. RIBEIRO (SEMC)
CÉLIA MARIA T. ROHENKOHL (CRT)
FLÁVIO BRINCKMANN (SCP)
LUIS RENATO PONS DE ARAUJO (CORSAN)
MARCOS KAPPEL RIBEIRO (CEEE)
MARGARETH V. MACCHI SILVA (METROPLAN)
MARIA DA GRAÇA SILVEIRA (SCP)
RENATO MACHADO (CORSAN)
SÍLVIO BARBOSA (SCP)



ÁREA FINANCEIRA

ROGÉRIO STUDART (CONSULTOR)

colaboradores:

ALDO ERNESTO LOZEKAN (BANRISUL - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)

JOSÉ ERNESTO A PASQUOTO (CONSULTOR - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)

PAULO FIORI (BRDE - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)

PAULO RENATO FERREIRA DA SILVA (CEEE - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)

ÁREA SOCIAL

CLÁUDIO ACCURSO

CLÍTIA MARTINS (FEE)

GLENDA P. ÁVILA (SCP)

GUILHERME XAVIER SOBRINHO (FEE)

JÚLIA ORTIZ AMBROS (SCP)

MIRIAN DE TONI (FEE)

ROSSETTA MAMMARELLA (FEE)

VERA HELENA FONSECA (SCP)

Consultores

ANITA BRUMER (UFRGS)

ANTONIO DAVID CATTANI (UFRGS)

ANTÔNIO PADULA (UFRGS)

DAISY SCHRAMM ZENI

EDUARDO MALDONADO FILHO (UFRGS)

EVA SAMIOS (UFRGS)

FLÁVIO FLIGENSPAN (UFRGS)

JOAL DE AZAMBUJA ROSA

NELSON GIORDANO DELGADO (UFRRJ)

ROGÉRIO STUDART (UFRJ)

ROSANE EMILIA ROSSINI

SÉRGIO SCHNEIDER (UFRGS)



SEGUNDA ETAPA

agosto de 1997 a novembro de 1998

GRUPO DE SISTEMATIZAÇÃO

JOÃO CARLOS BRUM TORRES

SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

CONSULTOR SÊNIOR

MARIA APARECIDA GRENDENE DE SOUZA

COORDENADORA

ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA

JOAL DE AZAMBUJA ROSA

MARIA DOMINGUES BENETTI

NUNO RENAN LOPES DE FIGUEIREDO PINTO

RUBENS SOARES DE LIMA

SÔNIA MARIA MOREIRA DE MELLO

Equipe técnica

ADALBERTO ALVES MAIA NETO (FEE)

ALBERTO MARCOS NOGUEIRA (SCP)

ANA ELISA DAMIANI (METROPLAN)

CINTIA RUBIM PEDRO (SCP)

FLAVIO BRINCKMAMM (SCP)

GHISSIA HAUSER (METROPLAN)

GLENDA ÁVILA (SCP)

JEFERSON LUIS. BITTENCOURT (SCP)

JORGE ACCURSO (FEE)

VERA HELENA FONSECA (SCP)

CÍNTIA FERRAN DE SOUZA (ESTAGIÁRIA)



Consultores:

FERNADO FRANCO AZAMBUJA
FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA (UFRJ)
HELEIETH I. B. SAFFIOTI
MARCELO SAVINO PORTUGAL
MARIO CORDEIRO DE CARVALHO Jr.
VERA MARTINS COSTA VELHO

INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL- UFRGS
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS FDRH
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RIO GRANDE DO SUL-FAPERGS

RECURSOS FINANCEIROS:

TESOURO DO ESTADO
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RIO GRANDE DO SUL-FAPERGS

PROJETO GRÁFICO

DÍGRAFO DESIGN GRÁFICO
Malu Rocha
Vera Pellin D'Avila

EDITORAÇÃO

PRIMEIRA IMAGEM
Miguel Ovídio Cunha Thomassim

FOTOLITOS
COMPUARTE

IMPRESSÃO

EDELBRA GRÁFICA E EDITORA LTDA